

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

**Alison Trindade de Vargas**

**AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DA PRAÇA DA JUVENTUDE:  
Um estudo de caso no município de Novo Hamburgo/RS**

**Porto Alegre  
2019**

Alison Trindade de Vargas

**AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DA PRAÇA DA JUVENTUDE:  
Um estudo de caso no município de Novo Hamburgo/RS**

Trabalho de conclusão de curso de Especialização apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão Pública.

Orientador(a): Luciana Pazini Papi  
Coorientador(a): Ana Julia Bonzanini Bernardi

Porto Alegre  
2019

## **UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

Reitor: Prof. Dr. Rui Vicente Oppermann

Vice-reitora: Profa. Dra. Jane Fraga Tutikian

### **ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO**

Diretor: Prof. Dr. Takeyoshi Imasato

Vice-diretor: Prof. Dr. Denis Borenstein

### **COORDENAÇÃO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA**

Coordenador: Prof. Dr. Paulo Ricardo Zilio Abdala

Coordenador substituto: Prof. Dr. Rafael Kruter Flores

### **DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)**

Trindade de Vargas, Alison  
Avaliação da implementação da praça da juventude: um estudo de caso no município de Novo Hamburgo/RS / Alison Trindade de Vargas. -- 2019.  
66 f.  
Orientadora: Luciana Pazini Papi.  
  
Coorientadora: Ana Julia Bonzanini Bernardi.  
  
Trabalho de conclusão de curso (Especialização) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Administração, Gestão Pública, Porto Alegre, BR-RS, 2019.  
  
1. Gestão Pública. 2. Política Pública. 3. Implementação. 4. Avaliação. I. Pazini Papi, Luciana, orient. II. Bernardi, Ana Julia Bonzanini, coorient. III. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo autor.

### **Escola de Administração da UFRGS**

Rua Washington Luiz, 855, Bairro Centro Histórico

CEP: 90010-460 – Porto Alegre – RS

Telefone: 3308-3801

E-mail: eadadm@ufrgs.br

Alison Trindade de Vargas

**AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DA PRAÇA DA JUVENTUDE:  
Um estudo de caso no município de Novo Hamburgo/RS**

Trabalho de conclusão de curso de Especialização apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão Pública.

Aprovada em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

**Banca Examinadora**

---

Examinador(a): Guilherme Dornelas Camara

---

Examinador(a): Leonardo Granato

---

Orientador(a): Luciana Pazini Papi

---

Coorientador(a): Ana Julia Bonzanini Bernardi

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades.

A esta universidade, seu corpo docente, direção e administração que oportunizaram a janela que hoje vislumbro um horizonte superior, eivado pela acendrada confiança no mérito e ética aqui presentes.

Ao minha orientadora Luciana Pazini Papi e coorientadora Ana Julia Bonzanini Bernardi, pelo suporte no pouco tempo que lhes coube, pelas suas correções e incentivos.

Aos meus pais, pelo amor, incentivo e apoio incondicional.

E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

## RESUMO

Este trabalho apresenta os resultados de uma investigação que teve tem por objetivo avaliar a implementação da Praça da Juventude, em Novo Hamburgo/RS, entendendo se os objetivos alcançados para essa política pública se aproximavam ou afastavam de sua formulação, e os motivos. Para tanto, a metodologia utilizada na investigação se pautou na análises de documentos oficiais, observações diretas da interação entre a comunidade e o espaço da Praça da Juventude, assim como análises de entrevistas semiestruturadas com usuários da praça e gestores públicos. Os resultados evidenciaram que a implementação da Praça da Juventude de Novo Hamburgo tem correspondido aos objetivos formulados para esta política pública, quanto a democratização do acesso ao esporte e lazer, inclusão social e promoção da saúde. Alguns fatores foram determinantes para o desenvolvimento dessa política pública: a articulação de esforços dos poderes Federal e Municipal na concretização dessa iniciativa; gestão local na garantia do funcionamento; o amplo leque de atividades ofertadas com orientação de profissionais qualificados, professores e estagiários de educação física, o estímulo ao lazer ativo, a qualidade dos equipamentos, a gratuidade e a segurança do local; assim como a participação da comunidade, tanto da utilização quanto na manutenção da Praça.

**Palavras-chave:** Gestão Pública. Política Pública. Implementação. Avaliação.

## **ABSTRACT**

This work presents the results of an investigation that had as objective to evaluate the implementation of the Youth Square in Novo Hamburgo / RS, understanding if the objectives reached for this public policy approached or deviated from its formulation, and the reasons. For that, the methodology used in the research was based on the analysis of official documents, direct observations of the interaction between the community and the space of the Youth Square, as well as analyzes of semi-structured interviews with users of the square and public managers. The results showed that the implementation of the Novo Hamburgo Youth Square has corresponded to the objectives formulated for this public policy, regarding the democratization of access to sports and leisure, social inclusion and health promotion. Some factors were determinant for the development of this public policy: the articulation of efforts of the Federal and Municipal powers in the accomplishment of this initiative; local management to ensure operation; the wide range of activities offered with the guidance of qualified professionals, physical education teachers and trainees, the stimulation of active leisure, the quality of the equipment, the gratuity and safety of the place; as well as the participation of the community, both in the use and maintenance of the Square.

**Keywords:** Public Management. Public policy. Implementation. Evaluation.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Ciclo das Políticas Públicas .....	18
Figura 2 - Projeto básico de referência .....	26
Figura 3 – Projeto básico de referência (planta arquitetônica) .....	26
Figura 4 – Projeto básico de referência (perspectiva do centro de convivência) .....	27
Figura 5 – Croqui da Praça da Juventude.....	41
Figura 6 – Pista de caminhada .....	41
Figura 7 – Pista de skate .....	42
Figura 8 – Quadra de vôlei de praia.....	42
Figura 9 – Campo de futebol society.....	43
Figura 10 – Teatro de arena .....	43
Figura 11 – Quadra poliesportiva .....	44

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Código de identificação dos entrevistados .....	32
Quadro 2 - Atividades Dirigidas .....	44

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ART	Anotação de Responsabilidade Técnica
CNE	Conferência Nacional do Esporte
GP	Gabinete do Prefeito
ME	Ministério do Esporte
MJ	Ministério da Justiça
PMNH	Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo
PNE	Plano Nacional de Esporte
PP	Política Pública
PRONASCI	Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
SMED	Secretaria Municipal de Educação
SMEL	Secretaria Municipal de Esporte e Lazer
SMS	Secretaria Municipal de Segurança
SICONV	Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>2 AVALIAÇÃO NO CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS</b> .....	<b>17</b>
<b>2.1 Implementação de políticas públicas e sua avaliação</b> .....	<b>19</b>
<b>2.2 Avaliação de políticas públicas com ênfase no processo de implementação</b> ...	<b>21</b>
<b>3 O PROGRAMA PRAÇA DA JUVENTUDE: SEU DESENHO E OBJETIVOS NACIONAIS</b> .....	<b>24</b>
<b>4 A IMPLEMENTAÇÃO DA PRAÇA DA JUVENTUDE EM NOVO HAMBURGO</b> .....	<b>28</b>
<b>4.1 Caminhos Metodológicos</b> .....	<b>28</b>
4.1.1 Desenho da pesquisa .....	<b>28</b>
4.1.2 Procedimentos de pesquisa .....	<b>29</b>
4.1.3 Critério de Seleção da amostra .....	<b>31</b>
4.1.4 Análise de dados .....	<b>32</b>
<b>4.2 Contextualização do município de Novo Hamburgo</b> .....	<b>33</b>
<b>4.3 A história de formulação, tomada de decisão em ter a Praça da Juventude</b> .....	<b>35</b>
<b>4.4 Análise da implementação: atores envolvidos; objetivos traçados; e objetivos alcançados</b> .....	<b>37</b>
4.4.1 Atores envolvidos .....	<b>37</b>
4.4.2 Praça da Juventude e suas peculiaridades.....	<b>40</b>
4.4.3 Democratização do acesso ao esporte e ao lazer .....	<b>45</b>
4.4.4 Inclusão social.....	<b>48</b>
4.4.5 Promoção da saúde .....	<b>49</b>
<b>5 CONCLUSÃO</b> .....	<b>50</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>53</b>
<b>APÊNDICE A &lt;ROTEIRO DE ENTREVISTA COM SERVIDORES&gt;</b> .....	<b>61</b>
<b>APÊNDICE B &lt;ROTEIRO DE ENTREVISTA COM USUÁRIOS&gt;</b> .....	<b>62</b>
<b>ANEXO A &lt; RELAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS DE OBRA&gt;</b> .....	<b>63</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O cenário brasileiro apresenta inúmeras situações de desigualdades sociais, dentre elas a escassez do acesso ao esporte e lazer enquanto direitos fundamentais para uma vida plena e efetivo exercício da cidadania. Principalmente nas comunidades com elevado índice de vulnerabilidade social, que por se localizarem em regiões periféricas e marginalizadas, sofrem com a ausência de ações e políticas públicas que atendam suas necessidades. (VARGAS; GUTIERREZ; CHAVES, 2017). Assim como, menciona Rangel (2010, p.5) que:

O acesso a espaços e equipamentos públicos de esporte e lazer reflete as desigualdades sociais do país. Durante décadas, o que prevaleceu foi a concentração da infraestrutura esportiva em clubes privados, condomínios fechados ou bairros de elite, o que favorecia a uma pequena parcela da população.

Nesse sentido, percebe-se a necessidade da construção de mecanismos que assegurem o direito ao esporte e lazer, sendo um desses as políticas públicas voltadas a esta área, que busquem atingir todas as camadas sociais da população, democratizando seu acesso e garantindo seu pleno desenvolvimento. Dumazedier (apud AZZINI, 2013) menciona essa relevância na democratização do acesso ao esporte e lazer como ferramenta de equilibrar socialmente uma sociedade. Acrescentando ainda que,

[...] essa democratização não seja feita apenas pela crítica e reformulação do espaço de lazer, mas também pela ampla conscientização sobre a acessibilidade de todos, de modo que se possa ultrapassar barreiras e conviver com as diferenças. O objetivo não é apenas cumprir a lei, como já dito, mas também criar espaços que deem sentido à existência humana e tragam prazer à vida das pessoas. (DUMAZEDIER apud AZZINI, 2013, p.20).

Em vista disso, as políticas públicas manifestam-se da necessidade de concretização de direitos sociais, garantindo não somente o cumprimento legal, como também proporcionar o bem-estar social, mencionado pelo autor como “[...] prazer à vida das pessoas”. Essas políticas são desenvolvidas pelo Estado através de ações que objetivam assegurar o desenvolvimento econômico e social como meios de eliminar as desigualdades. Assim como mencionam Carvalho, Barbosa e Soares (2010, p.02) que “a política pública surge como uma forma de equacionar

problemas econômicos e sociais de maneira a promover o desenvolvimento do país”.

Ao que tange, sobre os direitos sociais, Silva (2004, p.285) define como:

São prestações positivas proporcionadas pelo Estado direta ou indiretamente, enunciadas em normas constitucionais, que possibilitam melhores condições de vida aos mais fracos, direitos que tendem a realizar a igualização de situações sociais desiguais.

Nesse sentido, as prestações positivas citadas por Silva (2004), são contribuições, ou melhor, são ações realizadas pelo Estado como promotor do bem-estar social, que por meio das políticas públicas irá promover intervenções que garantiram a efetivação dos direitos sociais aos cidadãos, na busca pelo desenvolvimento social e econômico.

Silva *et al.* (2017, p. 25) acrescenta que,

[...] o Estado se estrutura sob o fundamento de manter a coesão social, garantir a propriedade privada e outros direitos coletivos – que com o amadurecimento do Estado, surge a ideia e prática de um Estado voltado ao Bem-Estar-Social, o qual busca satisfazer a população através de políticas públicas focalizadas e universais – as quais buscam tratar com isonomia os iguais e os desiguais, na medida em que se desigualem, conforme a formação histórica de cada sociedade.

Dessa forma, as políticas públicas manifestam-se como maneiras do Estado, por meio de gestões governamentais atuarem reduzindo as desigualdades e assegurando os direitos sociais. Igualmente, Estevão e Ferreira (2018, p.172) salientam que as “políticas públicas são, assim, instrumentos para efetivar os direitos do cidadão, intermediando o pacto entre o Estado e a sociedade”. Tude, Ferro e Santana (2010, p.11), destacam que:

Políticas Públicas, tradicionalmente, compreendem o conjunto das decisões e ações propostas geralmente por um ente estatal, em uma determinada área (saúde, educação, transporte, reforma agrária etc.), de maneira discricionária ou pela combinação de esforços com determinada comunidade ou setores da sociedade civil.

Outra definição que contextualiza em termos amplos as políticas públicas é apresentada por Guareschi (2004, p. 180):

[...] o conjunto de ações coletivas voltadas para a garantia dos direitos sociais, configurando um compromisso público que visa dar conta de

determinada demanda, em diversas áreas. Expressa a transformação daquilo que é do âmbito privado em ações coletivas no espaço público.

Rodrigues (2010, p.14) acrescenta que, política pública é:

[...] o resultado de uma atividade política, envolvendo mais de uma decisão política, que requer várias ações estratégicas destinadas a implementar objetivos desejados. Desse modo, as políticas públicas são ações de governo que dispõem sobre o que fazer, aonde chegar e como fazer [...].

Nesse contexto, de modo a estabelecer o equilíbrio social e a garantia de direitos sociais, ao longo das décadas, houve investimentos em políticas públicas de esporte e lazer que atendessem as demandas advindas da sociedade, entretanto foi após a criação de um ministério exclusivo para o esporte em 2003, Ministério do Esporte, desvinculado de demais pastas e assuntos ministras, o esporte e lazer começaram a ter uma maior representatividade no âmbito nacional, promovendo diversas ações de acesso à prática esportiva, bem como, a qualidade de vida e desenvolvimento humano. (BRASIL, 2018).

O Ministério do Esporte criado em 2003 com a missão de “Formular e implementar políticas públicas inclusivas e de afirmação do esporte e lazer como direitos sociais dos cidadãos, colaborando para o desenvolvimento nacional e humano”, apresenta esta coletânea, que objetiva sistematizar as experiências do Governo Federal na gestão de políticas públicas de esporte e lazer. (BRASIL, 2009a).

Sendo, em sua pauta três objetivos prioritários:

Garantir à população brasileira o acesso gratuito às práticas esportivas; utilizar, sistematicamente, o esporte e o lazer como fatores de melhoria da qualidade de vida e de inclusão social; introduzir, de forma sistemática e regular, o esporte e o lazer na promoção do desenvolvimento humano em todos os segmentos sociais. (BRASIL, 2010a, p.05).

Também instituindo em 2005 a Política Nacional do Esporte (PNE), reafirmando o princípio constitucional que estabelece a prática do esporte e do lazer como práticas que devem ser fomentadas pelo Estado e um direito a ser garantido aos cidadãos brasileiros. Tendo entre seus objetivos “democratizar e universalizar o acesso ao esporte e ao lazer, na perspectiva da melhoria da qualidade de vida da população brasileira [...]”. (BRASIL, 2005, p.32).

Nesse contexto, dentre os diversos programas, ações e políticas públicas implementadas pelo Governo Federal e estabelecidas através da Política Nacional

do Esporte, emerge o programa “Praça da Juventude”, da necessidade de prover meios que assegurem direitos sociais, aqui se destacando o direito ao esporte e lazer, assegurados amplamente em esfera nacional e internacional, no qual o Estado tenta promover através do acesso a equipamentos públicos, do mesmo modo, proporcionando a inclusão social e a promoção à saúde. (VARGAS; GUTIERREZ; CHAVES, 2017). Sendo criadas em 2007 pelo Governo Federal, através do Ministério do Esporte em parceria com o Ministério da Justiça, este último por intermédio do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), que visa buscar soluções para as demandas de segurança pública, na prevenção e combate a criminalidade, e na redução dos altos índices de violências nas regiões que apresentam elevado grau de vulnerabilidade social. (BRASIL, 2010d).

[...] as ações desenvolvidas pelo Governo Federal, por meio do Ministério do Esporte, visam, em síntese, reduzir a carência de políticas públicas que atendam às crescentes necessidades e demandas da população por esporte recreativo e por lazer, sobretudo daquelas em situação de vulnerabilidade social. (BRASIL, 2010a, p.09).

Diante disso se expressa o objetivo da formulação da Praça da Juventude, que é:

[...] democratizar o acesso a equipamentos públicos de esporte e lazer, ampliando a oportunidade do desenvolvimento de práticas esportivas, atividades recreativas, educativas, culturais e sociais como instrumentos de inclusão social e de promoção da saúde. (BRASIL, 2010a, p. 03).

Segundo Vargas, Gutierrez e Chaves (2017), as Praças da Juventude são destinadas as regiões que proporcionam escassa oferta de bens públicos que promovam acesso ao esporte e lazer, além disso, apresentam elevado índice de vulnerabilidade social e violência, do mesmo modo é referenciado no manual de implantação dessas praças.

A Praça da Juventude é um projeto destinado a comunidades situadas em espaços urbanos com reduzido ou nenhum acesso a equipamentos públicos de esporte e lazer que alia saúde, bem-estar e qualidade de vida a atividades socioeducativas diversificadas. (BRASIL, 2010a, p.05).

Nesse sentido, essas praças buscam enfrentar uma questão social que atinge as comunidades mais vulneráveis, garantindo o acesso a bens públicos de esporte e

lazer que fortaleçam o exercício da cidadania. Entretanto para a concretização das praças é necessário a união de esforços dos entes federativos, na celebração de convênios e parcerias para a sua concretização e funcionamento, bem como a contemplação de requisitos legais exigidos para sua implantação.

Mediante ao exposto, o Governo Federal, por meio do Ministério do Esporte, na tentativa de proporcionar equipamentos de esporte e lazer as comunidades com elevada vulnerabilidade, em âmbito nacional, foram conveniadas 184 Praças da Juventude no ano de 2010, destas, dez foram contempladas para o Rio Grande do Sul, sendo nos municípios de Porto Alegre, Canoas, Esteio, Novo Hamburgo, Sapucaia do Sul, Cachoeirinha, Guaíba, Alvorada, São Leopoldo e Alegrete. No qual, somente cinco municípios destes concluíram a implantação das Praças da Juventude: Cachoeirinha, Canoas, Esteio, Novo Hamburgo e Sapucaia do Sul. Os demais municípios contemplados não concluíram ou não iniciaram a implementação das praças. (VARGAS; GUTIERREZ; CHAVES, 2017).

Sendo as políticas públicas de esporte um instrumento importante de inclusão social, e tendo em conta seus desafios de implementação dado o arranjo federado do estado brasileiro, este trabalho tem como problema de pesquisa: avaliar a implementação da praça da juventude do município de Novo Hamburgo entre os anos 2014 a 2019, especificamente verificando a concretização de objetivos pelo município, de metas traçadas pelo Governo Federal.

Considerando avaliação de políticas conforme Crumpton *et al.* (2016, p.985), em que: "avaliar envolve julgar valores da política implementada e tem como objetivo fornecer informações que possam melhorar a escolha de decisões na esfera pública". Parte-se da premissa que avaliar a implementação da Praça da Juventude do município de Novo Hamburgo se torna essencial para entender como tais comunidades estão se beneficiando das ações propostas, se os resultados obtidos vão ao encontro dos objetivos propostos, quais as limitações e barreiras encontradas ao longo do caminho, possibilitando colaborar com a qualificação da execução de políticas públicas.

Do ponto de vista metodológico foi realizada uma investigação, de caráter descritivo e exploratório, de abordagem qualitativa, com o objetivo de avaliar se a implementação da Praça da Juventude, em Novo Hamburgo/RS, corresponde aos objetivos estabelecidos para essa política pública quanto a sua formulação e concretização. Para a coleta de informações foram utilizados: análise de

documentos oficiais e citados pelo Ministério como referências para essa política pública; observações diretas da interação entre a comunidade e o espaço da Praça da Juventude; e entrevistas semiestruturadas com usuários e gestores responsáveis pela implementação da praça da juventude.

Sendo o direito ao esporte e ao lazer expressamente assegurados e reconhecidos na esfera nacional, destaca-se, o caráter relevante dessa pesquisa para que seja avaliada a atuação do Estado enquanto promotor do bem-estar social, proporcionando assim, pensar em direcionamentos possíveis para a efetivação de políticas públicas de esporte de lazer na garantia dos direitos sociais. Ou seja, o que se objetiva dessa pesquisa é proporcionar um retorno social, podendo ter implicações na realidade do acesso ao esporte e ao lazer na comunidade onde a Praça da Juventude se encontra inserido. De igual modo, as ações desenvolvidas voltadas ao esporte e ao lazer tornam-se plataforma para a inclusão da sociedade em geral, particularmente quanto ao enfrentamento das desigualdades e no fortalecimento da cidadania.

Desta forma, este trabalho, está dividido em cinco partes. Primeiramente desenvolvemos alguns conceitos chaves para compreensão e análise da avaliação da implementação de políticas públicas, o escopo do programa Praça da Juventude e seus objetivos traçados. Posteriormente, apresentamos e discutimos os resultados da investigação de campo realizada e finalizamos com as conclusões a que chegamos.

## 2 AVALIAÇÃO NO CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

De forma a melhor compreender e analisar as mais diversas formas e processos de elaboração e de implementação das políticas públicas, diversos autores têm recorrido à analogia do ciclo político (*policy cycle*) ou ciclo de políticas públicas, no qual separa didaticamente a política pública em diferentes fases. (SERAPIONI, 2016).

Conforme Secchi (apud SOTTANI *et al.*, 2018, p. 05), o ciclo de políticas públicas “[...] representa um esquema de visualização e interpretação de uma política pública, que vai desde o momento em que se identifica um problema, até posteriormente não se necessitar mais de uma política e esta ser extinta”.

Assim como é mencionado por Frey (2000, p.226), “[...] o agir público pode ser dividido em fases do processo político-administrativo de resolução de problemas”. Desta forma, a ação pública ou o agir público, orientado para a resolução dos problemas, é analisado como um processo sequencial que permite explorar e investigar as diferentes fases das políticas públicas pela redução da sua complexidade, tornando-o mais facilmente compreensível.

No mesmo sentido, Estevão e Ferreira (2018, p. 173) acrescentam quanto a sua divisão em fases que, “[...] a política pública, desde sua elaboração até a sua operacionalização, segue um ciclo inserido num contexto social, onde há conflitos e necessidades a serem harmonizadas”, salientando a primordialidade da realização de ajustes no decorrer de suas fases até a sua concretização considerando os diversos fatores envolvidos.

Após essa breve compreensão quanto à divisão em fases do processo de elaboração de políticas públicas, observamos na literatura que diferentes autores designando essas fases diversamente, porém em comum a todas as propostas de divisões do ciclo da política pública são as fases da inserção de um tema na agenda política, fase de formulação da política, tomada de decisão, implementação, monitoramento e avaliação dos efeitos das políticas públicas. (FREY, 2000; GARCIA, 2014; HOWLETT; RAMESH; PERL, 2013). Assim, melhor visualização das fases, pode-se utilizar o esquema apresentado na figura a seguir.

**Figura 1 – Ciclo das Políticas Públicas**



Fonte: Howlett, Ramesh e Perl (2013).

Sendo as fases do ciclo de política pública, contextualizando resumidamente, na fase inserção de um tema na agenda política se dá a priorização, o reconhecimento de problemas e assuntos a serem trabalhados num governo e onde pode ocorrer a interferência de atores. (FREY, 2000; HOWLETT; RAMESH; PERL, 2013). Para Rua (2009, p. 66), agenda política “[...] consiste em uma lista de prioridades inicialmente estabelecidas, às quais os governos devem dedicar suas energias e atenções, e entre as quais os atores lutam arduamente para incluir as questões de seu interesse”. Na fase de formulação da política refere-se ao processo de criação de opções sobre o que fazer a respeito de um problema político. (HOWLETT; RAMESH; PERL, 2013). A fase de tomada de decisão é o momento no qual se determina as alternativas de ação ou intervenção em resposta aos problemas reconhecidos na agenda política. A implementação diz respeito à execução das decisões tomadas previamente, é o momento onde o planejamento e as escolhas são transformadas em ações. Na fase de avaliação e controle dos efeitos das políticas públicas em sentido amplo, busca avaliar o alcance dos objetivos e metas, a eficiência e eficácia das ações públicas, e apontar caminhos para sua correção quando necessário. (HOWLETT; RAMESH; PERL, 2013).

Para fins desta pesquisa, enfocaremos na fase de implementação do ciclo de Políticas Públicas, buscando realizar a avaliação da implementação das praças da juventude. Em que pese o trabalho não possuir um viés avaliativo *per se*, utiliza os conceitos de avaliação e implementação com vistas a melhor compreender o objeto.

## 2.1 Implementação de políticas públicas

A implementação de políticas públicas corresponde aos esforços de efetivação da ação governamental, buscando transformar o que foi planejado em resultados que atinjam os objetivos e as metas traçadas, ou, como descreve Silva e Melo (2000, p.04) a implementação corresponde “à execução de atividades [...] com vistas à obtenção de metas definidas no processo de formulação das políticas”. Para Howlett, Ramesh e Perl (2013, p. 179) a implementação representaria “[...] o esforço, os conhecimentos e os recursos empregados para traduzir as decisões políticas em ações”. Rua (2009, p. 94) afirma que, “a implementação é um processo de diversos estágios que compreende diversas decisões para a execução de uma decisão básica, previamente definida em um conjunto de instrumentos legais”.

Igualmente, Jannuzzi (2011, p. 263) menciona que, “a fase de implementação é o momento em que a política pública começa a ser executada, em que os recursos alocados começam a se transformar em ações capazes de agir e mudar certa realidade”.

Najan (apud CARVALHO; BARBOSA; SOARES, 2010, p.05) define a implementação como:

[...] um estado de ter alcançado os objetivos da política e, implementar, (como verbo) é um processo onde tudo acontece na tentativa de alcançar o propósito da política. A implementação é uma etapa dinâmica. É em si um processo de significado próprio, que não está restrito apenas à tradução de uma dada política em ação, mas que pode transformar a política em si.

Entretanto para que ocorra a implementação das políticas públicas e o alcance de seus respectivos objetivos é necessário o planejamento e a organização do aparelho administrativo e dos recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos necessários para a sua efetivação. (SILVA, 2009).

Assim como acrescentam Araújo e Rodrigues (2017, p. 19) referindo-se que a etapa de implementação é "relativa aos processos de provisionamento de recursos

institucionais, organizacionais, burocráticos e financeiros para a concretização das medidas de política".

Nesse sentido, se faz necessária à identificação e compreensão da relação entre os inúmeros atores e fatores envolvidos na implementação de uma política pública, bem como, os subsistemas políticos gerados nessa relação.

Howlett, Ramesh e Perl (2013) nos aponta para a importância de diversos atores envolvidos no processo de implementação de uma política pública, que podem ser indivíduos ou instituições, governamentais ou não governamentais. Nos atores governamentais encontramos os burocratas, juizes, políticos entre outros agentes públicos. E nos não governamentais os grupos de interesse, partidos políticos, meios de comunicação, destinatários das políticas e programas, organizações do terceiro setor, organismos internacionais, pesquisadores, especialistas, associações de classe, entre outros.

Sendo, na implementação de políticas pública, os servidores públicos, os atores governamentais mais significativos, uma vez que estabelecem e gerenciam as ações necessárias à implementação e são os principais responsáveis pelas atividades do cotidiano da administração pública. Assim como menciona Howlett, Ramesh e Perl (2013, p. 179) que na "[...] implementação política, muitas vezes, depende de servidores públicos e de funcionários administrativos para estabelecer e gerenciar as ações necessárias".

No entanto, cada um desses atores envolvidos, governamentais ou não, possuem seus "[...] interesses, ambições e tradições particulares, que afetam o processo de implementação e dão forma a seus resultados, em processo de governo ou governança de múltiplos níveis". (HOWLETT; RAMESH; PERL, 2013, p. 180). Medeiros e Farah (2014) acrescentam que um processo de implementação pode modificar-se e adaptar-se ao longo do tempo a depender da interação dos seus atores.

Nesse contexto, entre tantos outros modelos apresentados pelos autores, destacamos duas abordagens típicas para a análise da implementação de políticas públicas, sendo: de cima para baixo (*top-down*) e de baixo para cima (*bottom-up*). Na abordagem *top-down* se considera haver estágios definidos no processo de políticas públicas, bem como, controle hierárquico com foco em aspectos legalmente obrigatórios. Na abordagem *bottom-up*, busca-se analisar as escolhas dos

indivíduos, público-alvo das políticas, considerando a participação dos beneficiários da política. (HOWLETT; RAMESH; PERL, 2013).

Na mesma perspectiva, Araújo e Rodrigues (2017, p. 27-28) mencionam que:

A abordagem *top-down* defende que um processo eficaz de implementação requer uma “cadeia de comando” com capacidade para coordenar e controlar o processo, enquanto que a abordagem *bottom-up* valoriza a influência das rotinas e dos procedimentos das administrações (*street level bureaucracy*) e dos expedientes utilizados para lidar com situações de incerteza como um fator determinante para o sucesso ou insucesso da concretização de políticas.

Munidos da compreensão dessas duas abordagens e das demais metodologias de avaliação, buscou-se analisar o processo de implementação de uma política pública, aqui neste estudo volta para o esporte e lazer, procurando identificar os atores e fatores organizacionais responsáveis pela sua efetivação.

## **2.2 Avaliação de políticas públicas com ênfase no processo de implementação**

Assim como discutiremos previamente, a avaliação é considerada como a última fase no ciclo de políticas públicas, entretanto, conforme Souza (2006) e Secchi (2013), dado o seu potencial de fornecer informação, relaciona-se com às demais fases, auxiliando no planejamento de novas políticas públicas, bem como, adequando e corrigindo processos de implementação, ou até mesmo constatando que determinada política pode ser extinta.

Segundo Serapioni (2016, p.05):

A avaliação representa uma fase importantíssima do ciclo político e é imprescindível para apreciar os programas e as políticas públicas implementadas, os efeitos desejados e indesejados e para monitorar o desenvolvimento e a adaptação constante da ação pública.

Nesse sentido, o autor destaca esse caráter relevante da avaliação dentro do ciclo político com o intuito de verificar os efeitos de determinada política implementada, como também, monitorar o seu desenvolvimento, sendo esse, os processos pelo qual perpassa até a sua efetivação.

Da mesma forma, Januzzi (2013, p.16) acrescenta ao discorrer sobre a fase de avaliação, na qual, se verifica a necessidade de “[...] realizar mudanças nos programas implementados para garantir sua efetividade; descontinuar-los, se o

problema deixou de compor a agenda; ou então adaptá-los a uma nova realidade, reiniciando o ciclo". Igualmente, Frey (2000, p.229) destaca ainda que "a fase da avaliação é imprescindível para o desenvolvimento e a adaptação contínua das formas e instrumentos de ação pública".

Howlett, Ramesh e Perl (2013, p. 199) mencionam em termos simples que a avaliação seria o "[...] estágio do processo em que se determina como uma política de fato está funcionando na prática", avaliando os meios que são empregados e os objetivos atingidos. Assim como definido de forma ampla por Ala-Harja e Helgason (2000, p. 08) que, "[...] o termo compreende a avaliação dos resultados de um programa em relação aos objetivos propostos".

Garcia (2001, p. 31) acrescenta ainda que a avaliação:

[...] é uma operação na qual é julgado o valor de uma iniciativa organizacional, a partir de um quadro referencial ou padrão comparativo previamente definido. Pode ser considerada, também, como a operação de constatar a presença ou a quantidade de um valor desejado nos resultados de uma ação empreendida para obtê-lo, tendo como base um quadro referencial ou critérios de aceitabilidade pretendidos.

Aos discorrer quanto a conceituação da avaliação compreendemos sua relação e relevância na verificação dos diferentes processos e fases que concretização determinada política pública, podendo ocorrer em três diferentes etapas da implementação: antes (*ex ante*), durante (*in itinere* ou intermediária) ou depois (*ex post*). (ALA-HARJA e HELGASON, 2000).

Além da possibilidade de avaliação durante todo o processo de implementação de uma política pública, é necessário para uma maior compreensão da política em si, ao avaliador fazer uma "[...] imersão no cotidiano da política [...]", conforme Gussi (2017, p. 03), para que se realize uma avaliação aprofundada, no intuito de constituir uma "descrição densa" (GEERTZ apud GUSSI, 2017, p. 03) ao percorrer os caminhos institucionais de determinada política, identificando os diferentes atores institucionais e destinatários desta, bem como, dos fatores envolvidos no processo.

[...] construir uma descrição densa da trajetória de uma política - aquele que pretende avaliar uma política pública deve conhecer os diferentes atores institucionais e destinatários dessa política ou programa, em um processo de imersão, no campo onde as políticas perfazem, de formas distintas, as suas trajetórias. (GUSSI, 2017, p. 06).

Nesse sentido, entre os inúmeros modelos de avaliação preconizados pelos mais diversos autores das ciências sociais, para esse estudo enfocaremos na abordagem antropológica defendida por Gussi (2017), por buscar um aprofundamento na compreensão do processo de implementação de determinada política pública para a sua efetiva avaliação, bem como, fazendo um apanhado da trajetória dessa.

Uma vez que, a política pública a qual esse trabalho busca analisar, foi elaborada em esfera federal sendo implementada a nível municipal, nesse contexto busca-se analisar sua trajetória, se os objetivos e diretrizes estipulados para essa foram contemplados e quais os arranjos necessários para que de fato isso ocorra, além de verificar “[...] o grau de coerência e/ou dispersão do programa ao longo do seu trânsito pelas vias institucionais”. (GUSSI, 2008, p.36).

### **3 O PROGRAMA PRAÇA DA JUVENTUDE: SEU DESENHO E OBJETIVOS NACIONAIS**

O programa Praça da Juventude consiste numa política pública destinada a oferecer o acesso a espaços e equipamentos públicos de esporte e lazer as comunidades com elevado índice de vulnerabilidade social e que possuem escasso alcance desses. Criado em 2007 pelo Ministério do Esporte em parceria com o Ministério da Justiça e por intermédio do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), a Praça da Juventude tem foco nas comunidades vulneráveis, sobretudo àquelas que apresentam elevados índices de violência e criminalidade. O Pronasci destina-se a articular ações de segurança pública para a prevenção, controle e repressão da criminalidade, estabelecendo políticas sociais, com foco nas “[...] regiões metropolitanas e aglomerados urbanos que apresentem altos índices de homicídios e de crimes violentos”. (BRASIL, 2007, p.01). Nesse sentido, Bonalume (2010, p. 46) descreve o programa Praças da Juventude como “[...] complexos esportivos construídos em comunidades com alto índice de exposição a violência [...] fundamental para democratizar a prática de esporte, independente da classe social, gênero ou idade”.

Assim como referido no Manual de Implantação das Praças de Juventudes (BRASIL, 2010a, p.05):

Pronasci oferece condições para que as Praças da Juventude possam se consolidar como organizações efetivas e integradas à vida comunitária. Existe uma forte complementaridade entre esses dois programas quanto aos seus objetivos de educar, ressocializar e apoiar jovens em situação de vulnerabilidade social.

A Praça da Juventude surge dessa integração entre os Ministérios do Esporte e da Justiça fomentando a democratização do esporte e lazer na garantia de direitos sociais, oportunizando a uma parcela da sociedade que não tem acesso a equipamentos esportivos, como também, atuando na redução da criminalidade por meio das atividades oferecidas. Segundo Silva, Borges e Amaral (2015, p.77) “as praças são classificadas como veículo para a democratização dos espaços e equipamentos para a prática de esporte e lazer, em parceria com o Ministério da Justiça”.

Tendo as Praças da Juventude por objetivo:

[...] democratizar o acesso a equipamentos públicos de esporte e lazer, ampliando a oportunidade do desenvolvimento de práticas esportivas, atividades recreativas, educativas, culturais e sociais como instrumentos de inclusão social e de promoção da saúde. (BRASIL, 2010a, p. 03).

No mesmo sentido, as perspectivas do Ministério do Esporte quanto à sua implantação são:

Garantir o acesso democrático a equipamentos públicos de esporte e lazer; implantar políticas públicas efetivas por meio da parceria/cooperação entre os governos federal, estadual e municipal; promover a apropriação da população de espaços públicos para convivência comunitária. (BRASIL, 2010b, p. 07).

Assim, a Praça da Juventude é uma ação fomentada pelo Estado na busca de garantir direitos sociais amplamente assegurados, ao democratizar o acesso ao esporte e lazer, como também, ao promover a inclusão social e a promoção da saúde. Da mesma forma, é mencionado nos princípios balizadores da Política Nacional do Esporte:

Da reversão do quadro atual de injustiça, exclusão e vulnerabilidade social; do esporte e do lazer como direito de cada um e dever do Estado; da universalização e inclusão social; e da democratização da gestão e da participação. (BRASIL, 2005, p. 35).

Essa política pública é colocada em prática e implementada pelos governos estaduais e municipais na medida em que se candidatam cadastrando suas propostas junto ao Governo Federal, apresentando uma série de documentos<sup>1</sup> comprobatórios exigidos, e “[...] são contemplados em editais, celebrando convênios com o Ministério do Esporte para implantação dessas Praças”. (VARGAS; GUTIERREZ; CHAVES, 2017, p.90). As Praças da Juventude custam em média R\$ 1,7 milhão, havendo um percentual de contrapartida por parte do contratante<sup>2</sup> para a concretização da mesma. (BRASIL, 2010a).

---

<sup>1</sup> Para a celebração do contrato de repasse junto ao Governo Federal, para a construção da Praça da Juventude é necessária a apresentação dos seguintes documentos: empenho dos recursos orçamentários; plano de trabalho; projeto básico com as respectivas ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) e aprovação do projeto nos órgãos competentes; e comprovação de contrapartida; comprovação de regularidade do proponente; e cadastramento do proponente no SICONV. (BRASIL, 2010a).

<sup>2</sup> Órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta da União que pactua a execução de projeto, programa, atividade ou evento por intermédio de instituição financeira federal (mandatária), mediante a celebração de contrato de repasse. (BRASIL, 2014, p. 04).

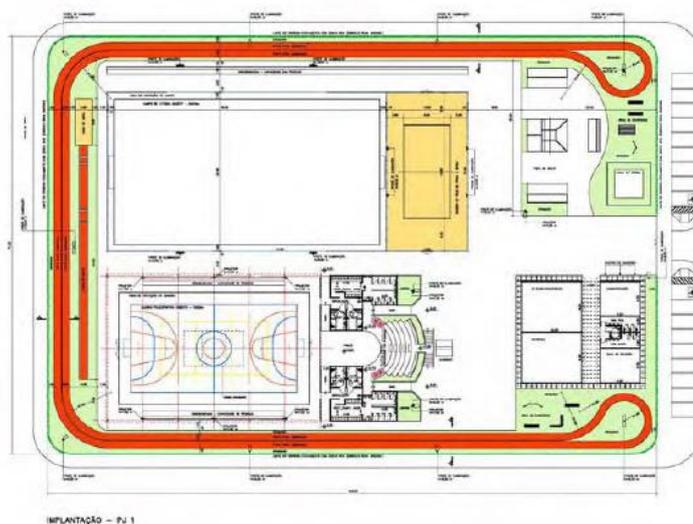
Sendo uma política pública desenvolvida na esfera federal, as Praças da Juventude possuem identidade e características próprias, requerendo dos contratantes seguir os moldes estipulados pelo projeto básico fornecido pelo Ministério do Esporte, como referência para elaboração e execução de seus projetos, que deverão ser adaptados às suas realidades locais, respeitando as exigências e os elementos que compõe as praças. (BRASIL, 2010a).

**Figura 2 - Projeto básico de referência**



Fonte: Ministério do Esporte (BRASIL, 2010c, p. 03).

**Figura 3 – Projeto básico de referência (planta arquitetônica)**



Fonte: Ministério do Esporte (BRASIL, 2010c, p. 04).

**Figura 4 – Projeto básico de referência (perspectiva do centro de convivência)**



Fonte: Ministério do Esporte (BRASIL, 2010c, p. 13).

Assim como observado a Praça da Juventude possui uma série de características próprias que constituem a identidade desse programa, ao qual cabe o contratante seguir. São elementos que definem a praça, possuir: campo de futebol *society*; quadra poliesportiva; quadra de vôlei de areia; teatro de arena; pista de skate; pista de caminhada; vestiários; salas para atividades diversas; e totem próprio do programa. Compondo uma “[...] infraestrutura esportiva completa em um terreno com no mínimo sete mil metros quadrados”. (BRASIL, 2010a, p. 08).

## **4 A IMPLEMENTAÇÃO DA PRAÇA DA JUVENTUDE EM NOVO HAMBURGO**

Nesse capítulo trazemos a análise empírica do trabalho buscando atender aos objetivos no que se refere a avaliar se a implementação da Praça da Juventude, em Novo Hamburgo/RS, corresponde aos objetivos estabelecidos para essa política pública quanto a sua formulação e concretização. Para que ocorra a compreensão dos resultados apresentados, primeiramente percorreremos os caminhos metodológicos ao qual subsidiaram esta pesquisa, posteriormente discorrer quanto aos resultados e análises.

### **4.1 Caminhos Metodológicos**

Conforme anteriormente citado, a Praça da Juventude é um o programa do Governo Federal que visa “democratizar o acesso a equipamentos públicos de esporte e lazer, ampliando a oportunidade do desenvolvimento de práticas esportivas, atividades recreativas, educativas, culturais e sociais como instrumentos de inclusão social e de promoção da saúde”. (BRASIL, 2010a, p. 03). Com a finalidade de investigar o processo de implementação desse programa, essa pesquisa tem por objetivo de avaliar se a implementação da Praça da Juventude, em Novo Hamburgo/RS, corresponde aos objetivos estabelecidos para essa política pública quanto a sua formulação e concretização.

#### **4.1.1 Desenho da Pesquisa**

A fim de melhor atender aos objetivos propostos para essa pesquisa, realizamos um estudo descritivo e exploratório, de abordagem qualitativa, uma vez que esta possibilita maior aproximação e o aprofundamento da compreensão de um fenômeno humano em seu contexto social. Negrine (1999) menciona que a pesquisa qualitativa tem seu centro na descrição, análise e interpretação das informações recolhidas durante o processo de investigação. Nesse mesmo, sentido Triviños (1987) apresenta a pesquisa qualitativa na busca pela compreensão de fenômenos amplos e complexos de natureza subjetiva.

Esta pesquisa qualitativa tem um caráter descritivo, que de acordo com Cervo e Bervian (2002), caracteriza-se observar, registrar, analisar e correlacionar fatos ou fenômenos sem manipulá-los, descrevendo as características, propriedades ou relações existentes no grupo ou na realidade a ser pesquisada. Também possui um caráter exploratório que conforme Prodanov e Freitas (2013, p. 51-52),

Pesquisa exploratória é quando a pesquisa se encontra na fase preliminar, tem como finalidade proporcionar mais informações sobre o assunto que vamos investigar, possibilitando sua definição e seu delineamento, isto é, facilitar a delimitação do tema da pesquisa; orientar a fixação dos objetivos e a formulação das hipóteses ou descobrir um novo tipo de enfoque para o assunto. Assume, em geral, as formas de pesquisas bibliográficas e estudos de caso.

Nesse sentido, segundo os autores, essa pesquisa tem caráter exploratório por buscar uma maior compreensão e familiarização com o objeto de estudo, no caso desta investigação a Praça de Juventude de Novo Hamburgo, gerando informações que contribuem para o direcionamento da pesquisa.

#### 4.1.2 Procedimentos de Pesquisa

No desenvolvimento dessa investigação utilizamos os seguintes procedimentos de pesquisa: análise documental, observação participante e entrevistas semiestruturadas.

A análise documental constitui um processo importante na pesquisa qualitativa, seja complementando informações obtidas por outros processos, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema. Nela procura-se investigar fontes primárias, como documentos, arquivos e leis, para descrever e analisar situações, fatos e acontecimentos, bem como, comparar com dados da realidade. (LUDKE; ANDRÉ, 1986). Nesta investigação a análise documental nos permitirá compreender profundamente os objetivos do Ministério do Esporte com o programa Praças da Juventude e as diretrizes norteadoras para sua implementação. Nesse sentido, selecionaremos para análise documentos oficiais e citados pelo ministério como referências para esta política pública.

A observação é outro importante instrumento na pesquisa qualitativa para registrar determinados fenômenos ou comportamentos, o que exige uma especial

atenção, percepção, memória e concentração por parte do pesquisador. Sendo que, na observação participante,

[...] possibilita ao pesquisador e aos participantes desenvolver um relacionamento e confiança, necessário para os participantes revelarem “os bastidores das realidades” de sua experiência, que geralmente são escondidos de estranhos. (FERREIRA; TORRECILHA; MACHADO, 2012, p. 03).

Desta maneira, para esta investigação utilizamos observações diretas da interação entre os diversos atores e a sua relação com a Praça da Juventude, tendo como pautas de observação os objetivos dessa política. Também utilizamos entrevistas semiestruturadas, por considerar que esse procedimento permite manter uma pauta de questões organizada, relacionada ao objetivo da pesquisa, ao mesmo tempo em que permite certa flexibilidade aos sujeitos da pesquisa, “oferecendo liberdade ao entrevistado para dissertar sobre o tema ou abordar aspectos que sejam relevantes sobre o que pensa”. (NEGRINE, 1999, p. 74).

Nesse mesmo sentido, Cauduro (2004) menciona que as entrevistas semiestruturadas são aquelas que permitem adaptações até mesmo no momento da entrevista. Não são aplicadas rigorosamente, as questões não precisam seguir a ordem prevista, podem conter perguntas fechadas e abertas. Triviños (1987) refere-se à entrevista semiestruturada como aquela que busca obter informações de questões concretas previamente pensadas e definidas pelo pesquisado, ao mesmo tempo valoriza a presença do investigador, oferecendo todas as perspectivas possíveis para o informante alcançar a liberdade e a espontaneidade necessárias e assim enriquecendo a investigação. Esses questionamentos podem originar novas interrogativas que vão surgir conforme o andamento da entrevista e das respostas dadas pelo entrevistado.

Nesta investigação as entrevistas nos permitiram analisar, desde a perspectiva dos atores envolvidos no processo de implementação à sua relação com a Praça da Juventude. Na perspectiva de melhor orientar a pesquisa realizada, utiliza-se no intuito de subsidiar o percurso avaliativo algumas das categorias trabalhadas por Gussi (2017, p.7-8):

I. Sobre os atores, instituições envolvidas e seus distintos contextos:

Quem são e onde estão os atores institucionais envolvidos nas políticas?

Quem são e onde estão os sujeitos-beneficiários dessas políticas?

Que lugares os sujeitos ocupam no desenho organizacional das instituições implementadoras?

II. Sobre as trajetórias e percepções acerca da política:

Quais os deslocamentos institucionais e burocráticos da política entre os momentos da formulação e da implementação?

Como a política se configura e se transforma no nível local e territorial?

Quais são as percepções que os sujeitos-beneficiários têm do processo de implementação da política e de seus resultados? [...]

III. Sobre os resultados da política e seus contextos:

Como a política se articula com as instituições, com as diferentes percepções dos tomadores de decisão e do público-alvo envolvidos, em seus distintos contextos?

Em que medida os distintos contextos podem influenciar os resultados da avaliação? [...]

#### 4.1.3 Critério de Seleção da Amostra

Em acordo com o corte qualitativo e exploratório desta pesquisa, construímos uma amostragem não probabilística, apoiada na técnica “bola de neve” (*snowball sampling*). Utilizamos como critérios de seleção a acessibilidade às fontes e a importância da fonte para os objetivos da pesquisa. (COSTA NETO, 1988).

Na análise de documentos, selecionamos fontes oficiais ou utilizadas pelo próprio Ministério do Esporte na fundamentação da política das Praças da Juventude. Nas observações utilizamos como critério a observação da praça em diferentes turnos, em diferentes dias da semana, em atividades dirigidas e não dirigidas, buscando-se realizar observações que dessem conta do que acontece na Praça diariamente.

Nas entrevistas, a amostra dos sujeitos foi apoiada na técnica “bola de neve” (*snowball sampling*), para tanto, foram selecionados agentes públicos responsáveis pela implementação e que atuam no funcionamento e na organização das atividades da Praça, assim como entrevistamos usuários, em uma amostra representativa e significativa dos públicos que frequentam a praça. Os próprios sujeitos da pesquisa, usuários da praça, nos auxiliaram na escolha das pessoas fontes mais representativas da comunidade de usuários para as entrevistas.

Assim como detalhado no quadro a seguir compondo a identificação dos entrevistados.

Quadro 1 - Código de identificação dos entrevistados

<b>Entrevista</b>	<b>Sexo</b>	<b>Município</b>	<b>Cargo que ocupa/ocupou/função</b>
01	Feminino	Novo Hamburgo	Guarda Municipal e Coordenadora do Observatório
02	Masculino	Novo Hamburgo	Coordenador da Praça da Juventude
03	Masculino	Novo Hamburgo	Professor de Educação Física
04	Masculino	Novo Hamburgo	Estagiário de Educação Física
05	Masculino	Novo Hamburgo	Estagiário de Educação Física
06	Feminino	Novo Hamburgo	Usuária da Praça, 26 anos de idade
07	Feminino	Novo Hamburgo	Usuária da Praça, 19 anos de idade
08	Feminino	Novo Hamburgo	Usuária da Praça, 25 anos de idade
09	Feminino	Novo Hamburgo	Usuária da Praça, 49 anos de idade
10	Masculino	Novo Hamburgo	Usuário da Praça, 30 anos de idade
11	Feminino	Novo Hamburgo	Usuária da Praça, 36 anos de idade

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

#### 4.1.4 Análise de Dados

A análise de dados consistiu na organização de todo o material, dividindo-o, relacionando suas divisões e procurando identificar nele tendências e padrões significativos. A triangulação dos resultados da investigação de campo permitiu uma compreensão mais abrangente, impedindo a aceitação de impressões iniciais, depurando informações conflitantes e promovendo o controle de qualidade dos resultados. (MOLINA NETO, 1999; CAUDURO, 2004; STAKE, 2010). O relatório final da pesquisa seguiu um sistema de categorias que emergiu no próprio processo de análise.

## 4.2 Contextualização do Município de Novo Hamburgo

O município foco para essa pesquisa, Novo Hamburgo, compõe a região metropolitana da grande Porto Alegre (RMPA<sup>3</sup>) e do Vale dos Sinos<sup>4</sup>, localizado a 42km da capital gaúcha, com a qual se liga via BR 116 e linha do Metrô da TRENURB, ocupando uma área territorial de 224 km<sup>2</sup>, sendo maior parte urbana, contando com uma população de 238.940 habitantes conforme último censo realizado (2,14% da população do Estado do Rio Grande do Sul). A faixa etária de 22 a 49 anos concentra a maior parte da população, cerca de 114.100 habitantes, ou seja, 47,75%. A faixa etária de 15 a 29 anos representa 13% da população (30.658 pessoas). E a faixa etária de 15 a 39 anos representa 20% da população (48.345). A população masculina é de 115.667 habitantes. A população feminina é de 123.174, habitantes. 90,56% dos habitantes de Novo Hamburgo são brancos, 6,01% são pardos, 3,20% são pretos, 0,17% amarelo e 0,07% indígena. (IBGE, 2018).

Novo Hamburgo é dividido em 27 bairros, sendo eles: Alpes do Vale; Boa Saúde; Boa Vista; Canudos; Centro; Diehl; Guarani; Hamburgo Velho; Ideal; Industrial; Liberdade; Lomba Grande; Mauá; Operário; Ouro Branco; Pátria Nova; Petrópolis; Primavera; Rincão; Rio Branco; Rondônia; Roselândia; Santo Afonso; São Jorge; São José; Vila Nova; e Vila Rosa. (ODSC, 2016).

Município de origem germânica, Novo Hamburgo se desenvolveu durante décadas através do setor de couros e calçadista, se consolidando como a Capital Nacional do Calçado, seu crescimento econômico fez com que outros segmentos se estabelecessem no município, “[...] como indústrias químicas, componentes para calçados, metalúrgica, indústrias de componentes eletrônicos e outros”. (SOARES, 2012, p. 16). Impulsionando o seu crescimento populacional desordenado, estabelecendo diversos bairros e vilas.

O crescimento populacional repentino foi difícil de ser acompanhado pela evolução e continuidade da infraestrutura e dos serviços públicos,

---

<sup>3</sup> As cidades que compõe essa região são: Alvorada, Araricá, Arroio dos Ratos, Cachoeirinha, Campo Bom, Canoas, Capela de Santana, Charqueadas, Dois Irmãos, Eldorado do Sul, Estância Velha, Esteio, Glorinha, Gravataí, Guaíba, Igrejinha, Ivoti, Montenegro, Nova Hartz, Nova Santa Rita, Novo Hamburgo, Parobé, Portão, Porto Alegre, Rolante, Santo Antônio da Patrulha, São Jerônimo, São Leopoldo, São Sebastião do Caí, Sapiranga, Sapucaia do Sul, Taquara, Triunfo e Viamão.

<sup>4</sup> As cidades que compõe essa região são: Araricá; Campo Bom; Dois Irmãos; Estância Velha; Ivoti; Lindolfo Collor; Morro Reuter; Nova Hartz; Novo Hamburgo; Presidente Lucena; São Leopoldo; e Sapiranga.

formando-se então vilas e os cinturões de miséria. Através da ocupação de áreas públicas e periféricas os assentamentos informais se deram de forma barata e rápida por estes migrantes que não tinha onde se estabelecer. (SOARES, 2012, p. 17).

Da mesma forma, Spolier (2019, p.01) destaca o crescimento populacional principalmente entre as décadas de 1960 e 1990, com aumentos de 282% de habitantes no município, advindos pelos fatores econômicos que na época se mostravam atrativos. Contudo, assim como as demais cidades metropolitanas, a repentina evolução populacional sem a formulação de políticas públicas sociais e infraestruturas adequadas que atendam essa demanda, geram por vezes localidades marginalizadas com elevado índice de vulnerabilidade social e conseqüentemente violentas, com altas taxas de criminalidade. (PROCÓPIO; TOYOSHIMA, 2017). Marcelino (apud AZZINI, 2013, p. 30 – 31) acrescenta que esse crescimento desordenado das cidades e da população urbana acarreta num “[...] desequilíbrio entre as áreas centrais e periféricas das cidades, gerando uma ocupação desordenada do território, concentrando benefícios nos polos mais nobres e gerando bolsões de pobreza nos mais periféricos”.

Dentro dessas localidades periféricas que apresentam elevada vulnerabilidade social e violência no município de Novo Hamburgo, encontra-se o bairro Santo Afonso, localidade pertencente ao Território da Paz<sup>5</sup>, ao qual se localiza a Praça da Juventude, objeto deste estudo. O bairro Santo Afonso está localizado ao sul do município, fazendo divisa com o município de São Leopoldo. Ocupando uma área de 8,6Km<sup>2</sup> com 23.823 habitantes, concentrando 10% da população do município, sendo predominantemente residencial. Possui onze escolas municipais e duas estaduais, abrigando também algumas fábricas e comércio. É uma das regiões de maior criminalidade do município, principalmente em relação aos crimes contra a pessoa, sendo um dos bairros que apresenta a maior carência de infraestrutura. (BARROS, 2008; VARGAS; GUTIERREZ; CHAVES, 2017; SCHÜTZ, 2001; SOARES, 2012).

---

<sup>5</sup> O Território de Paz se constitui em um espaço onde são realizadas, de forma articulada, ações e projetos de caráter social e de segurança pública capazes de reduzir a violência e valorizar a cidadania, com a ideia de levar o maior número de programas sociais do governo aos bairros e regiões mais vulneráveis à violência. (BRASIL, 2009b, p.05).

### 4.3 A história de formulação, tomada de decisão em ter a Praça da Juventude

Juntamente com a elaboração do Pronasci em 2007 que objetivou ações de redução e enfretamento a criminalidade, o Governo Federal instituiu o programa Praça da Juventude como uma política pública que ofertaria o acesso a espaços e equipamentos esportivos em comunidades vulneráveis com escassa oferta de esporte e lazer, como também, colaborariam para a redução da violência local. (BRASIL, 2010a).

Inúmeros municípios nas últimas duas décadas assumiram novas responsabilidades na área, produzindo diagnósticos, desenvolvendo planos municipais de segurança, formando suas Guardas Municipais, implementando políticas públicas de segurança por meio de projetos sociais voltados à prevenção das violências e da criminalidade e à promoção dos direitos humanos, investindo em modernas tecnologias de controle social (como os sistemas de vídeo e audiomonиторamento), estimulando novos arranjos institucionais de governança (interinstitucional, intersetorial e interagencial), em parceria com os estados e com a União. (PAZINATO, 2016, p.81).

Nessa perspectiva, o município de Novo Hamburgo por intermédio Unidade de Gestão de Projetos e Captação de Recursos (UGPCR<sup>6</sup>) e da Unidade Gestora de Programas de Prevenção à Violência (UGPPV<sup>7</sup>) aderiu ao Pronasci instituindo diversas ações<sup>8</sup> de segurança pública no bairro Santo Afonso, conflagrado como Território da Paz, ao qual vinha sofrendo com elevados índices de criminalidade, representando uma das regiões mais violentas do município. (PASSOS, 2015; ARRUDA; 2016; PAZINATO, 2016).

[...] O Pronasci consiste na articulação de um conjunto de políticas públicas destinadas a reduzir a criminalidade de forma consistente [...] criar o Território de Paz nas regiões metropolitanas que registram os índices mais elevados de homicídio, para enfrentar e prevenir a criminalidade e a violência. O Território de Paz é um pacote de ações preventivas, integradas e simultâneas, que faz com que o Estado retorne o controle nessas regiões

---

<sup>6</sup> Criada pela Lei Municipal nº 2.400/2011, é responsável pela elaboração e execução de projetos, e pela captação de recursos governamentais.

<sup>7</sup> A Unidade Gestora de Programas de Prevenção à Violência (UGPPV), criada a partir da Lei Municipal nº 2.400/2011 desenvolve atividades de elaboração de projetos e de programas que tem por objetivo ações de prevenção à violência, bem como o fortalecimento das relações institucionais entre os órgãos responsáveis pela segurança pública no município.

<sup>8</sup> Ações desenvolvidas através do Pronasci no bairro Santo Afonso são: Programa de Esporte e Lazer na Comunidade; Programa de Justiça Comunitária; Projeto Mulheres da Paz; e Projeto PROTEJO. (ARRUDA, 2016).

conflagradas, oferecendo acesso aos serviços públicos para melhorar a qualidade de vida da população. (BRASIL, 2010d, p.17).

Nesse sentido, ao reconhecer a localidade como uma região que apresenta elevada vulnerabilidade social, criminalidade e violência, além de escassa oferta de bens públicos para o esporte e lazer, dentre as diversas ações empregadas para o enfrentamento dessas mazelas, adota-se o programa Praça da Juventude como sendo uma ação capaz de transformar a realidade local e seu contexto social. (JANNUZZI, 2011). Assim como relatado na Entrevista 01:

A Praça da Juventude foi realizada com recursos do PRONASCI [...] como Santo Afonso era Território de Paz, quando abriu o edital o município cadastrou proposta e foi contemplado [...] desenvolvido pela Unidade de Gestão de Projetos da Prefeitura. (ENTREVISTA 01, 22/03/2019, informação verbal).

Sendo, uma ação em resposta a um problema identificado, reconhecido em agenda pública, assim como mencionado por Brewer e DeLeon (apud HOWLETT; RAMESH; PERL, 2013, p. 157), que é “a escolha entre as alternativas de política que foram geradas e seus prováveis efeitos sobre o problema em questão [...]”.

Da mesma forma é relatado a seguir ao destacar a parceria entre os Ministérios do Esporte e da Justiça dando condições para a construção da praça e como uma das ferramentas para reduzir a violência na região.

Vejo a parceria entre o Ministério da Justiça, Ministério do Esporte e do poder público deram o aporte necessário para a construção e efetivação dos objetivos do Centro esportivo ao diminuir a violência através do esporte e cultura no bairro. (ENTREVISTA 02, 22/03/2019, informação verbal).

Igualmente, é mencionado nos meios de comunicação:

A Praça da Juventude conta com a parceria do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci). Os dois projetos se complementarão em seus objetivos de formarem o Território de Paz, com foco na prevenção à violência. [...] a intenção será garantir apoio a jovens em situação de vulnerabilidade social. [...] a falta de espaços públicos de qualidade gera a ociosidade e o enfraquecimento das noções de cidadania. Com a consolidação da praça, a comunidade terá um local onde haverá atividades esportivas e culturais que afastarão os jovens da drogadição [...]. (NOVO HAMBURGO, 2014, p. 01).

Conforme relatado nas entrevistas e nos documentos, percebe-se que a tomada de decisão em ter uma Praça da Juventude, partiu da necessidade de

enfrentar problemas identificados num determinado local (JANNUZZI, 2011), que vinha apresentando elevado índice de vulnerabilidade social e criminalidade, requisitos indispensáveis a obtenção de recursos junto ao Governo Federal que destina a construção das praças nessas localidades. (BRASIL, 2010a).

Também o município de Novo Hamburgo utilizou de expertise técnica ao ter atribuído setores específicos, as respectivas Unidades, para a elaboração de projetos e cadastramentos junto a editais voltados para a obtenção e alocação de recursos governamentais, se beneficiando das ações e políticas públicas desenvolvidas no âmbito federal. Assim como mencionado por Howlett, Ramesh e Perl (2013), ao discorrer sobre a implementação das políticas públicas, destacando o emprego de esforços, conhecimentos e recursos, na obtenção de resultados que efetivem a implementação.

Almeida (apud CASTRO; ANDRADE, 2014, p.03) menciona que “[...] existe um grande potencial de recursos no país, basta que existam pessoas com conhecimento técnico para saber onde estão estes recursos e como elaborar projetos de forma adequada”. Nesse sentido, a expertise técnica se caracteriza pelo fato do Município ao instituir as Unidades de Gestão de Projetos e Captação de Recursos e de Gestão de Programas de Prevenção à Violência, reconhecendo a necessidade da articulação das ações para o atendimento as demandas sociais, como também gerando setores competentes e especializados em buscar junto ao Governo Federal recursos para o desenvolvimento de políticas públicas.

#### **4.4 Análise da implementação: atores envolvidos; objetivos traçados; e objetivos alcançados**

##### **4.4.1 Atores Envolvidos**

Ao analisar a implementação da Praça da Juventude, podemos identificar três atores centrais envolvidos para a efetivação dessa ação, sendo no papel de atores governamentais, o Governo Federal e o Governo Municipal, no papel de atores não governamentais, o público alvo (beneficiários ou destinatários da política). (HOWLETT; RAMESH; PERL, 2013).

Temos no papel do Governo Federal, os formuladores das políticas públicas, neste caso, a formulação da Praça da Juventude, ao qual surge como solução a um

problema social identificado e reconhecido. Oportunizando por meio de editais, selecionar municípios aptos e que necessitem da construção das Praças, repassando recursos financeiro para a implementação das mesmas, através de convênios firmados. Sendo que, após “concluídos os procedimentos de formalização, o conveniente deve tomar as providências para a concretização do objeto do convênio, utilizando os recursos em favor da comunidade, iniciando assim a execução” (BRASIL, 2014, p. 14), referindo-se a fase de implementação, transformando as decisões políticas em ação. (HOWLETT; RAMESH; PERL, 2013).

Essa ação é implementada pelo Governo Municipal através de seus órgãos e servidores responsáveis na alocação dos recursos oriundos do âmbito federal e destinados a determinada política, conforme previsto no plano de trabalho e planilha orçamentária, documentos exigidos para que ocorra o repasse financeiro. Inicialmente a Praça da Juventude esteve vinculada ao Gabinete de Gestão Integrada Municipal<sup>9</sup> (GGI-M), na articulação entre as diversas entidades governamentais, em especial a Secretaria Municipal de Segurança (SMS) em parceria com a Secretaria Municipal de Educação (SMED) e Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (SMEL) na realização dos projetos e atividades esportivas e recreativas desenvolvidas na Praça. Atualmente, conforme relato a Praça da Juventude está vinculada diretamente ao “[...] Gabinete do Prefeito”, (ENTREVISTA 02, 22/03/2019, informação verbal), cujo é responsável “[...] por planejar e coordenar todas as ações consideradas estratégicas para a execução das políticas pública [...] culturais e desportivas[...]”. (NOVO HAMBURGO, 2017, p.01).

A construção da Praça da Juventude de Novo Hamburgo teve seu início no dia 21 de junho de 2011, realizada por empresa licitada conforme Relação de Bens e Serviços de Obra, documento este, apresentado junto ao Sistema de Gestão de Convênios e Contratos (SICONV) para a prestação de contas ao Governo Federal, sendo entregue para o uso da comunidade no dia 08 de janeiro de 2014. (ANEXO A). Localizando-se na Rua Honduras 150, esquina com a Rua Boston, no bairro Santo Afonso, como discorrido anteriormente, região pertencente ao Território de Paz, quer dizer que, essa é uma localidade reconhecida pelo Governo Federal pelo

---

<sup>9</sup> Criado através da Lei nº 1851/2008, o GGI-M é um fórum executivo e deliberativo, que tem como missão integrar sistemicamente os órgãos e instituições federais, estaduais e municipais, priorizando o planejamento e a execução de ações integradas de prevenção e enfrentamento da violência e criminalidade. (SOARES, 2009, p.12).

elevado índice de vulnerabilidade social e violência, atendendo “[...] aos objetivos do Programa Praça da Juventude, porque nesse local se verifica um escasso acesso ao direito social do esporte e do lazer” (VARGAS; GUTIERREZ; CHAVES, 2017, p.97), sendo um dos primeiros requisitos para sua destinação e construção. (BRASIL, 2010a).

A Praça da Juventude de Novo Hamburgo vinculada diretamente ao Gabinete do Prefeito, conta com a parceria e articulação de outras entidades públicas municipais, como também privadas para o seu funcionamento e manutenção, mantendo um quadro de servidores públicos municipais, sendo: um coordenador geral pela SMEL; três profissionais de educação física pela SMED e SMEL; três estagiários de educação física pela SMED e SMEL; dois funcionários administrativos pelo GP; um funcionário para limpeza pela SMEL; um Guarda Municipal pela SMS. Além da parceria público-privada com a universidade FEEVALE através dos recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), mantendo um educador social e seis monitores para atividades recreativas.

Contamos com um Coordenador Geral; três profissionais de educação física; três estagiários de educação física para auxiliar nas atividades; um Educador Social pela FEEVALE e BID; seis monitores também pela FEEVALE e BID; dois agentes administrativos; um Guarda Municipal e um funcionário de Serviços Gerais. (ENTREVISTA 02, 22/03/2019, informação verbal).

Assim como mencionado por Howlett, Ramesh e Perl (2013, p.179).

A implementação da política, muitas vezes, depende de servidores públicos e de funcionários administrativos para estabelecer e gerenciar as ações necessárias. Entretanto, atores não governamentais que fazem parte do subsistema político-administrativo também podem participar nas atividades de implementação.

Para além, destes atores envolvidos na implementação temos o público alvo, beneficiários desta política pública, cuja sua apropriação determina se os objetos traçados na esfera federal com a Praça da Juventude estão sendo alcançados em nível local.

Sendo os objetivos da Praça em síntese democratizar o acesso a equipamentos públicos de esporte e lazer, promover a inclusão social e a promoção da saúde. (BRASIL, 2010a), derivam as próximas categorias de análise, no sentido de avaliar a expectativa com a realidade no contexto dessa política pública,

primeiramente descrevendo como é o funcionamento da praça, quais as atividades ofertadas e se a mesma é utilizada pela comunidade.

#### 4.4.2 Praça da Juventude e suas peculiaridades

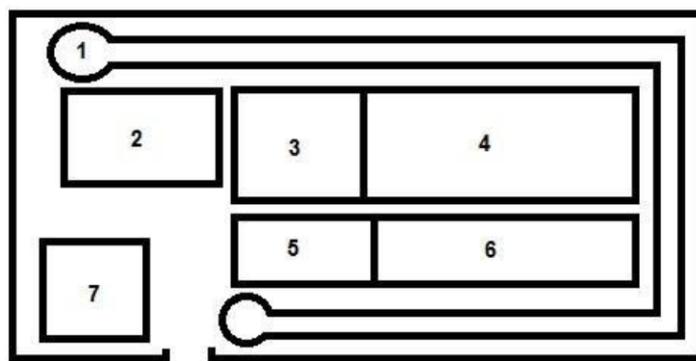
A verificação da existência da Praça da Juventude de Novo Hamburgo, bem como, suas características e peculiaridades, possibilitam diagnosticar de essa política está implementada e se cumpri com as exigências do Ministério do Esporte. (BRASIL, 2010a), da mesma forma, possibilita analisar se a política está de fato funcionando ou se necessita realizar mudanças para garantir sua efetividade. (JANNUZZI, 2013).

Conforme analisado, a Praça da Juventude de Novo Hamburgo possui área total de 7.625m<sup>2</sup>, contando com espaço esportivo aberto e espaço fechado. Sendo, espaço esportivo aberto é constituído dos seguintes equipamentos: campo de futebol society, de 45m x 25m, em uma área de 1.287,20m<sup>2</sup>; quadra de vôlei de praia, dentro de um espaço de areia de 14,2m x 27m, área de 383,4m<sup>2</sup>; pista de skate com rampa, em área de 310,00m<sup>2</sup>; quadra poliesportiva coberta, de 30m x 19,1m, em uma área de 924,00m<sup>2</sup>, contemplando as marcações do futsal, basquete, vôlei e handebol; teatro de arena, em área de 300,00m<sup>2</sup>; pista de caminhada com 420m.

Espaço fechado é constituído por: sala de musculação, em uma área de 85m<sup>2</sup>; sala de ginástica, em uma área de 85m<sup>2</sup>; sala de administração, em uma área de 37m<sup>2</sup>; sala de reunião, em uma área de 37m<sup>2</sup>; sanitários masculino e feminino; vestiários masculino e feminino.

Nas figuras a seguir, pode-se observar um esboço da disposição espacial da Praça da Juventude de Novo Hamburgo e de seus espaços, verificando que a mesma se encontra implementada e em utilização pela comunidade.

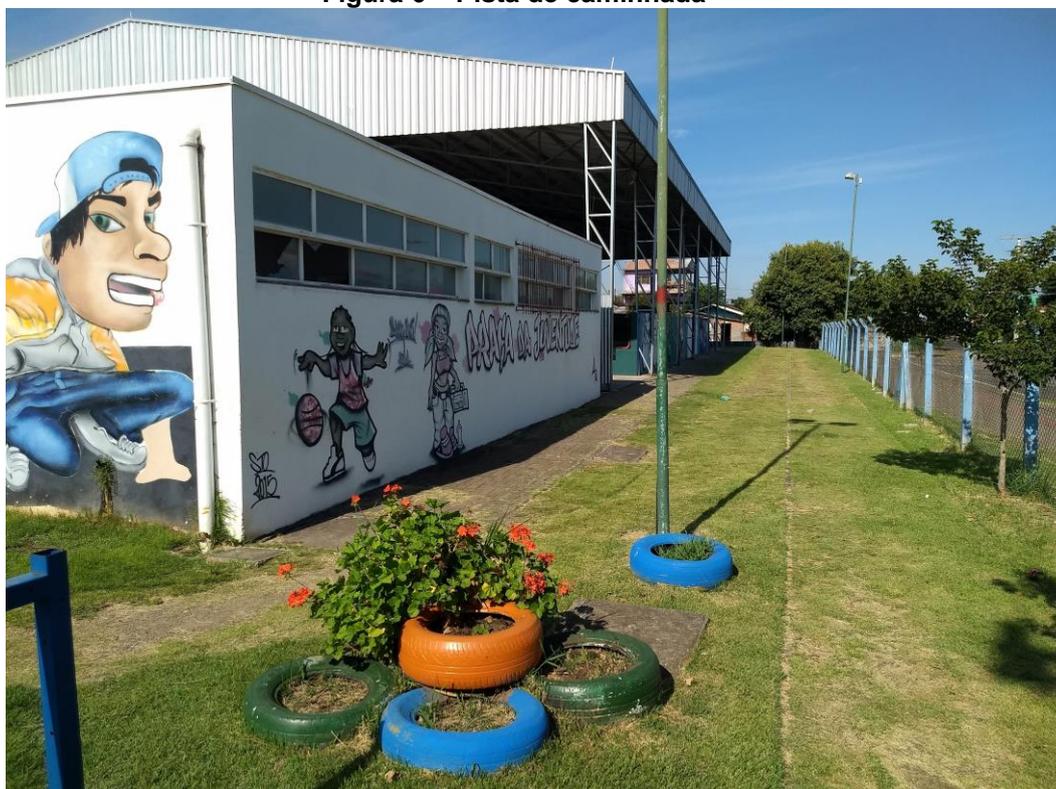
**Figura 5 – Croqui da Praça da Juventude**



1. Pista de caminhada;
2. Pista de skate;
3. Quadra de vôlei de praia;
4. Campo de futebol society;
5. Teatro de arena;
6. Quadra poliesportiva e vestiários;
7. Prédio da administração, sala de ginástica, sala de musculação, sala de reunião e banheiros.

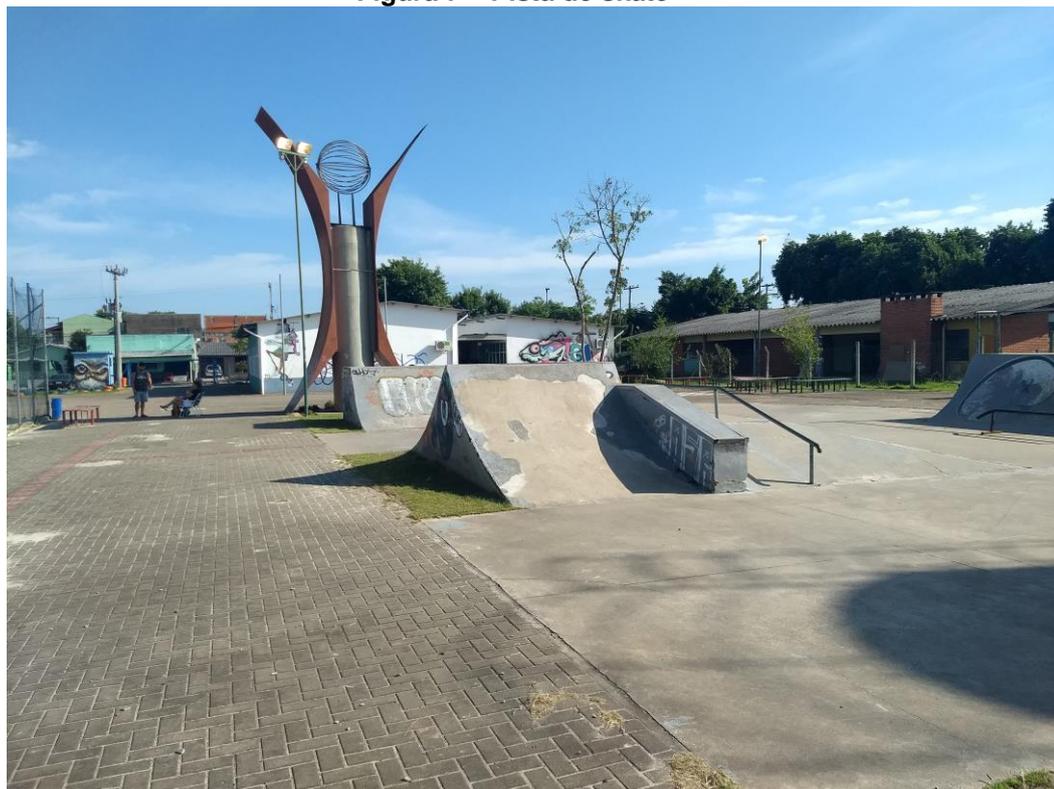
Fonte: elaborado pelos autores.

**Figura 6 – Pista de caminhada**



Fonte: Praça da Juventude (2019).

**Figura 7 – Pista de skate**



Fonte: Praça da Juventude (2019).

**Figura 8 – Quadra de vôlei de praia**



Fonte: Praça da Juventude (2019).

**Figura 9 – Campo de futebol society**



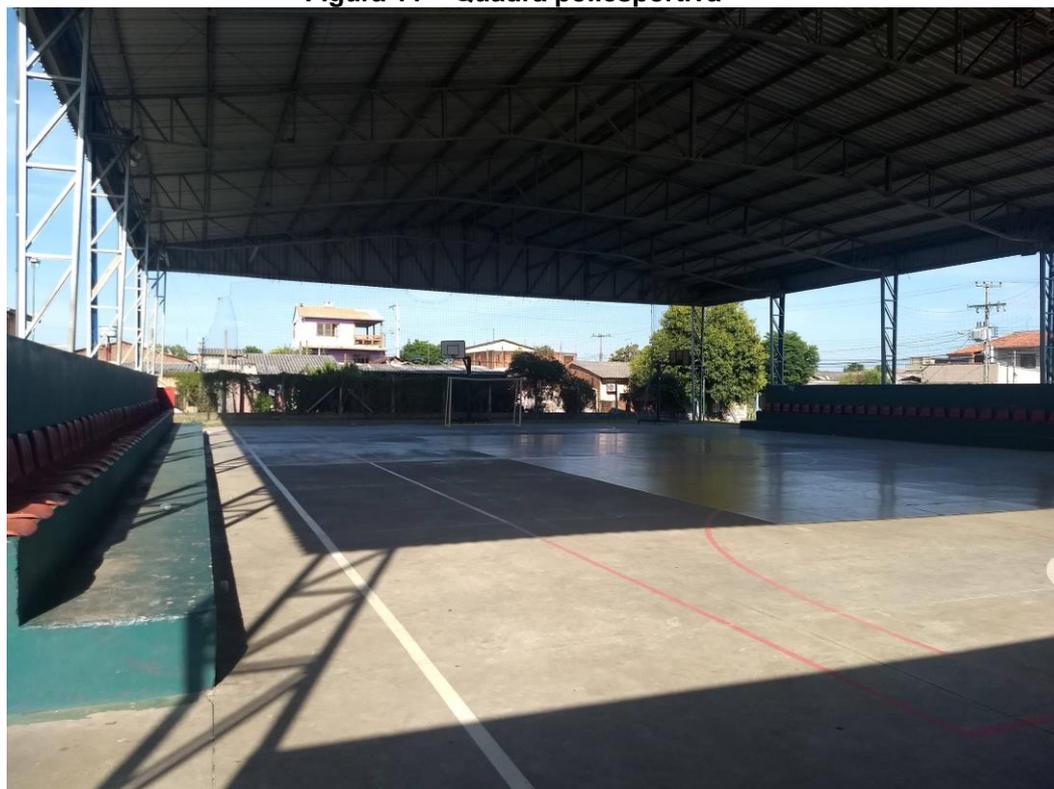
Fonte: Praça da Juventude (2019).

**Figura 10 – Teatro de arena**



Fonte: Praça da Juventude (2019).

Figura 11 – Quadra poliesportiva



Fonte: Praça da Juventude (2019).

Tem seu funcionamento das 7h e 30min às 21h, sendo que a partir das 18h o portão é fechado tendo acesso somente às pessoas vinculadas às atividades dirigidas. Na Praça da Juventude são realizadas diversas atividades dirigidas, sendo elas: jump; karatê; pilates; ritmos; funcional; futebol; minivôlei; vôlei (feminino e masculino); câmbio; corrida orientada; ginástica; e violão. Na tabela a seguir, pode-se observar o horário semanal das atividades dirigidas.

Quadro 2 - Atividades Dirigidas

Atividades Dirigidas	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab
<b>Manhã</b>	Karatê Pilates Funcional Musculação	Ritmos Corrida Ginástica Minivôlei	Karatê Câmbio Musculação	Ginástica Ritmos Minivôlei	Funcional Musculação	Corrida Futebol
<b>Tarde</b>	Câmbio Minivôlei Vôlei Fem.	Musculação Karatê	Jump Minivôlei Vôlei Fem. Vôlei Masc.	Musculação Karatê Ritmos	Jump	
<b>Noite</b>	Vôlei Mas. Musculação	Musculação Jump Violão	Musculação Funcional	Jump Musculação	Funcional Musculação	

Fonte: Praça da Juventude (2019).

Além dessas atividades dirigidas, a Praça é utilizada em eventos que são organizados pela coordenação como, por exemplo: Circuito de Vôlei de Praia; Olimpíadas Escolares; Oficinas de Férias de Verão com atividades lúdicas.

E para além dos eventos e atividades dirigidas, também há o uso livre da Praça, no qual o público jovem costuma utilizar a pista de skate, o campo de *futebol society* e quadra poliesportiva, como também as escolas vizinhas utilizam os espaços da Praça quando não ocupados por atividades dirigidas. Essa ampla utilização pela comunidade pode ser observada nas entrevistas abaixo:

Recebemos todos os dias alunos da rede escolar do município e do estado em particular, os quais desenvolvem diversas atividades neste local. [...] Temos projetos da Praça da Juventude como a: musculação, funcional, jump, ginástica, pilates, ritmos. [...] Também temos eventos organizados pela praça da Juventude e parceiros. (ENTREVISTA 02, 22/03/2019, informação verbal).

O uso da Praça pela comunidade aos finais de semana. Também tem as escolas que utilizam a Praça como uma extensão do pátio da escola, utilizando para diversas atividades os espaços da Praça. E com certeza todos os públicos são contemplados pelos projetos. Na academia o pessoal vai de adulto a idoso. Tem ginástica que o pessoal da terceira idade frequenta bastante. Para os jovens têm futebol, vôlei social, a pista de skate e os outros espaços que são utilizados [...]. (ENTREVISTA 03, 22/03/2019, informação verbal).

A Praça é importante para prática de exercícios físicos, esporte e lazer. Venho na Praça nos finais de semana tomar um chimarrão e conversar com amigos e vizinhos. Por morar aqui perto conheço muitos que frequentam a Praça, então ao vir na Praça encontro muitos conhecidos para conversar. (ENTREVISTA 06, 23/03/2019, informação verbal).

Nesse sentido, verifica-se as características da Praça, como a mesma está situada e como ocorre o seu funcionamento, dispondo de um amplo número de atividades esportivas e recreativas, e que são utilizadas pela comunidade, também dos diversos espaços comuns para o lazer.

#### 4.4.3 Democratização do acesso ao esporte e ao lazer

A Praça da Juventude se propõe, em seus objetivos, “democratizar o acesso a equipamentos públicos de esporte e lazer, ampliando a oportunidade do desenvolvimento de práticas esportivas, atividades recreativas, educativas, culturais e sociais”. (BRASIL, 2010a, p.03). Democratização do acesso refere-se a tornar

acessível o esporte e lazer a todos e todas, pôr ao alcance do povo esse bem cultura.

Com base nas observações e nas entrevistas realizadas podemos perceber que o acesso ao esporte e ao lazer em Novo Hamburgo ganhou uma possibilidade de maior democratização a partir da Praça da Juventude, que oferece diversificadas atividades, assim como demonstrado no Quadro 02 deste trabalho. Ou seja, a partir da pesquisa verificou-se que a comunidade tem acessado diversas culturas esportivas e lúdicas que são oferecidas, conforme os relatos abaixo exemplificam:

[São as atividades ofertadas:] [...] jump, ritmos, academia, funcional, câmbio e futebol aos sábados. Também abrimos espaço para a comunidade usar. Tem o pessoal da copeira, do hip-hop e outros segmentos que utilizam a Praça. Existem eventos o ano todo na Praça, como o dia do desafio, festa junina, circuito vôlei de praia, e outros. E tem mais projetos para chegarem ainda. [...] Os projetos estão indo muito bem. Todos estão cheios. (ENTREVISTA 03, 22/03/2019, informação verbal).

Para maiores de 16 anos, tem academia, jump, ginástica, funcional, ritmos. Na terceira idade o câmbio. E para as crianças tem o karatê, o futebol [...] acredito por parte das mulheres da comunidade, os projetos de dança, de ritmos, vinculados aos adultos, estão vindo e participando. (ENTREVISTA 04, 25/03/2019, informação verbal).

São aulas de câmbio com a terceira idade, projeto de futebol, jump, musculação, ginástica, circuito funcional, entre outros. Sim, observo bastante movimento de pessoas aqui na Praça. Aqui na musculação são cerca de oitenta pessoas inscritas, sendo em média sete pessoas por hora utilizando, sempre tem movimento. E nas demais atividades, acredito que ao todo sejam mais de trezentas pessoas inscritas. (ENTREVISTA 05, 25/03/2019, informação verbal).

E além de serem ofertadas, são igualmente utilizadas, de acordo com narrativas de pessoas da comunidade que frequentam a praça, assim: “participo das aulas de ginástica, ritmos, funcional, jump e musculação” (ENTREVISTA 07, 23/03/2019, informação verbal). Também: “[...] venho na ginástica, ritmos, funcional e jump” (ENTREVISTA 08, 25/03/2019, informação verbal); “participo da ginástica e do câmbio” (ENTREVISTA 09, 25/03/2019, informação verbal).

Ao comparar essas entrevistas com as observações realizadas também podemos confirmar a existência de tais atividades e a forte frequência da comunidade, com isso atingindo a democratização do acesso ao esporte e lazer ao oferecer equipamentos públicos para práticas esportivas, atividades recreativas, educativas, culturais e sociais. Junto ao acesso aos equipamentos existem as atividades dirigidas, demonstrando que a Praça da Juventude tem uma organização,

de modo a qualificar o acesso da comunidade, bem como, se tornar atrativo, para o uso e participação. Ou seja, não apenas se dispõe os equipamentos como também se oferece orientação e animação.

Conforme relato, são fatores importantes para que ocorra essa democratização, da prática atividades físicas e esportivas: os projetos de atividades dirigidas por profissionais qualificados, professores e estagiários de educação física, a qualidade dos equipamentos, a gratuidade e a segurança do local.

[Fatores importantes na apropriação pela comunidade são:] [...] seu espaço físico, com segurança e a diversidade de atividades para todos os públicos que são atendidos além de ser um espaço gratuito para ser utilizado por todas as pessoas, independente de pertencerem a comunidade local ou não. (ENTREVISTA 02, 22/03/2019, informação verbal).

Como se observa na entrevista acima, a gratuidade é um aspecto valorizado na democratização do acesso, como também se confirma na fala de alguns dos usuários da praça: “para mim a Praça é importante por oferecer atividades diversificadas de graça”. (ENTREVISTA 08, 25/03/2019, informação verbal). Ou ainda: “um fator importante para mim é ter um espaço desses, com atividades de graça, posso deixar meu carro aqui na frente, tem guarda e isso me traz segurança ao vir aqui”. (ENTREVISTA 10, 25/03/2019, informação verbal). Quanto a qualidade da estrutura: “[...] tá bonita a academia da Praça da Juventude, tudo novinho, ar condicionado, cortinas [...]”. (ENTREVISTA 11, 25/03/2019, informação verbal).

Outro fator mencionado como importante para as pessoas frequentarem a Praça da Juventude e poderem aprender esportes ou praticar alguma atividade é a segurança. Isso pode ser observado nos relatos abaixo:

Fator importante para as pessoas virem aqui na Praça é por ter segurança, temos a Guarda Municipal aqui dentro e a Praça é fechada. Outro fator é esse espaço que a Praça oferece e a qualidade da estrutura. (ENTREVISTA 04, 25/03/2019, informação verbal).

E também por ter um alto índice de criminalidade, aqui na Praça acaba sendo uma válvula de escape de tudo que está acontecendo ao redor, pois aqui as crianças podem vir praticar um esporte, e os adultos pode também fazer uma atividade sem preocupação. (ENTREVISTA 05, 25/03/2019, informação verbal).

Em síntese, quanto à dimensão democratização do acesso, a Praça de Juventude de Novo Hamburgo têm sido apropriada pela comunidade em acordo com esse objetivo. Sendo, a qualidade dos equipamentos, a gratuidade, a orientação e a

segurança são fatores que colaboram com a apropriação da Praça pela comunidade realizando a democratização do acesso ao esporte e ao lazer. Nesse sentido, a Praça efetiva aspectos centrais da política do Ministério do Esporte ao oferecer acesso gratuito ao esporte para as comunidades vulneráveis. (BRASIL, 2010a).

#### 4.4.4 Inclusão social

Quando discorremos sobre democratização do acesso ao esporte e ao lazer estamos motivados pela ideia da inclusão social, que significa tornar a sociedade um lugar mais justo, acessível a todas as classes, sem preconceito de origem, raça e etnia, gênero e idade, evitando qualquer forma de exclusão. Nesse sentido, a Praça da Juventude propõe a inclusão social através do acesso ao esporte e ao lazer.

Por meio das observações e entrevistas podemos perceber, quanto à inclusão social, que a Praça da Juventude de Novo Hamburgo ao oferecer atividades diversificadas, possibilita a inclusão de gênero, são homens e mulheres usufruindo das atividades ofertadas e dos espaços da Praça. Da mesma forma, observa-se a intergeracionalidade no uso da praça em que a utilização se dá por parte de crianças, jovens e adultos, como pode ser confirmado nos relatos de frequentadores: “observo que a Praça consegue atender todos os públicos, pois oferece atividades diversificadas” (ENTREVISTA 06, 23/03/2019, informação verbal); “os projetos que a Praça tem a borda todos os públicos, vejo crianças, adolescentes, adultos e idosos indo nas atividades” (ENTREVISTA 09, 25/03/2019, informação verbal); “todos os públicos, homens e mulheres. Nas atividades que faço vejo dos 19 aos 72 anos” (ENTREVISTA 07, 25/03/2019, informação verbal).

A partir do exposto, quanto à dimensão inclusão social, a Praça de Juventude de Novo Hamburgo de fato tem sido apropriada pela comunidade em acordo com esse objetivo. Diferentes públicos utilizam os espaços e equipamentos, e acessam as atividades dirigidas, sem discriminação de gênero ou idade. Nesse sentido, a Praça da Juventude desempenha seu papel enquanto política pública de garantir a efetividade de direitos sociais, com a equidade de gênero, raça, etnia e território, conforme defende Faleiros (apud SILVA, 2011).

#### 4.4.5 Promoção da saúde

A Praça da Juventude propõe em seus objetivos as práticas esportivas como instrumento de promoção da saúde, ao destacar o esporte como parte integrante de um conjunto de comportamentos essenciais a uma vida saudável. (BRASIL, 2010a).

Por meio das observações e entrevistas notamos que a Praça tem oportunizado diversas atividades físicas e esportivas, como podemos confirmar nos relatos a seguir:

Estamos num tempo que está mudando essa mentalidade sobre o esporte, onde as pessoas estão buscando fazer um esporte, estão se reeducando pra fazer um exercício, para fazer uma alimentação correta. Estamos numa geração que as pessoas estão pensando mais em saúde. (ENTREVISTA 03, 22/03/2019, informação verbal).

Venho para melhorar minha saúde [...] a Praça é importante para prática de exercícios físicos, esporte e lazer. [...] A Praça funciona como promoção de saúde. Por possibilitar a práticas de exercícios físicos. (ENTREVISTA 06, 23/03/2019, informação verbal).

Autores como Ardenghe e Teixeira (2007) nos indicam as atividades físicas como uma necessidade do ser humano indispensável para a recuperação e manutenção da saúde. Santiago (2010) também menciona a relação direta entre atividade física e saúde, destacando ainda que os projetos de esporte e lazer desenvolvidos pelo Governo Federal buscam a promoção da saúde por meio de atividades física.

E ao comparar as entrevistas e as observações podemos perceber a Praça tem sido apropriada como fator de promoção da saúde. Oferece diversas atividades físicas e esportivas que contam com a participação da comunidade, relacionando assim a prática de atividades com a saúde, correspondendo ao objetivo proposto por essa política.

## 5 CONCLUSÃO

Este trabalho se propôs a avaliar se a implementação da Praça da Juventude, em Novo Hamburgo/RS, corresponde aos objetivos nacionais estabelecidos para essa política pública quanto a sua concretização, buscando identificar os atores governamentais e não governamentais envolvidos, bem como fatores que contribuíram na sua implementação.

As Praças da Juventude surgem da necessidade de tornar acessível bens públicos de esporte e lazer como mecanismos de fomentação dos direitos sociais, aqui se destacando o esporte e lazer, como também auxiliando na redução da violência local sendo destinadas as comunidades com maior índice de vulnerabilidade social e criminalidade. Não diferente do caso de Novo Hamburgo, tendo sua Praça instalada no Bairro Santo Afonso, localidade tida como uma das mais vulneráveis e violentas do município.

A avaliação da implementação ao que este trabalho se propôs se torna fator relevante para constatar se tal política pública de fato correspondeu com seus objetivos, atingindo o público ao qual se destina, bem como apontando os atores envolvidos.

Como atores centrais foram identificados o Governo Federal, por intermédio do Ministério do Esporte e Ministério da Justiça no papel de formuladores da política pública, ao qual identificou e “[...] reconheceu a existência de um problema público e a necessidade de tomar um posicionamento a seu respeito”, (HOWLETT; RAMESH; PERL, 2013, p.123), criando assim as Praças da Juventude com o intuito de democratizar o acesso a equipamentos públicos de esporte e lazer, promover a inclusão social e a promoção em regiões com elevado índice de vulnerabilidade social e criminalidade, garantindo o acesso a bens públicos de esporte e lazer que fortaleçam o exercício da cidadania. (BRASIL, 2010a). O Governo Municipal através dos setores responsáveis na tomada de decisão e principalmente na implementação de determinada política pública, adotando o programa Praça da Juventude e o destinando à uma das regiões mais vulneráveis e violentas do município de Novo Hamburgo. E o público alvo, que são os beneficiários dessa política pública, sendo os frequentadores da Praça da Juventude, a comunidade na qual encontra-se inserida, cuja sua forma de interagir, de se apropriar é fundamental para que os objetivos traçados sejam alcançados.

Ao analisar os objetivos formulados pelo Governo Federal para esta política pública de

[...] democratizar o acesso a equipamentos públicos de esporte e lazer, ampliando a oportunidade do desenvolvimento de práticas esportivas, atividades recreativas, educativas, culturais e sociais como instrumentos de inclusão social e de promoção da saúde. (BRASIL, 2010a, p. 03).

Observa-se que a Praça da Juventude de Novo Hamburgo está em consonância com estes, sendo fatores determinantes para o sucesso dessa política pública, da formulação a sua implementação, a articulação de esforços dos poderes Federal e Municipal na concretização dessa iniciativa, assim como a participação da comunidade.

Desde a sua entrega a comunidade do bairro Santo Afonso em 2014 até a presente data, a Praça tem ofertado inúmeras atividades orientadas, bons equipamentos e estrutura física, gratuidade e segurança, tornando essa política pública atrativa aos seus usuários, atingindo o público a que se destina e contribuindo na efetivação dos objetivos propostos, bem como no papel do Estado em fomentar o acesso ao esporte e lazer enquanto direitos sociais.

Esperamos com essa investigação possa dar uma contribuição às pesquisas e projetos comprometidos com a democratização do esporte e do lazer, avaliando a implementação das políticas públicas de modo a garantir a população um retorno social. Ao mesmo tempo, a investigação permitirá dar um *feedback* aos gestores públicos locais e à comunidade da Praça da Juventude do bairro Santo Afonso, com a finalidade de qualificar essa política pública.

Também, contribuir para que novas pesquisas avaliativas sobre políticas públicas de esporte e lazer possam ser realizadas, uma vez que, durante este trabalho foi verificado reduzido material sobre implementação dessas políticas, principalmente quanto as Praças da Juventudes. Sabemos que, no estado do Rio Grande do Sul foram contempladas a construção de dez Praças, sendo somente cinco implementadas, para novas investigações ficam as indagações: o que houve com as demais Praças? Das que foram implementadas, encontram-se em funcionamento? Existe uma apropriação pela comunidade? Correspondem ao aos objetivos preconizados pelo Governo Federal na sua formulação?

Acreditamos que políticas de esporte e lazer como essa promovem a inclusão social, o enfrentamento das desigualdades e o fortalecimento da cidadania, garantindo o exercício de direitos e a construção de uma sociedade mais justa.

## REFERÊNCIAS

- ALA-HARJA, Marjukka; HELGASON, Sigurdur. Em direção às melhores práticas de avaliação. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 51, n. 4, p.5-59, out. 2000. Disponível em: <[https://social.stoa.usp.br/articles/0016/0645/Em\\_direA\\_A\\_o\\_A\\_s\\_melhores\\_prA\\_ticas\\_de\\_avaliaoA\\_A\\_o.pdf](https://social.stoa.usp.br/articles/0016/0645/Em_direA_A_o_A_s_melhores_prA_ticas_de_avaliaoA_A_o.pdf)>. Acesso em: 25 mar. 2019.
- ARAÚJO, Luísa; RODRIGUES, Maria de Lurdes. Modelos de análise das políticas públicas. **Sociologia, Problemas e Práticas**, Online, v. 83, n. 1, p.11-35, fev. 2017. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/spp/2662#quotation>>. Acesso em: 25 mar. 2019.
- ARDENGHE, Roseli Maria; TEIXEIRA, Roseli Terezinha Selicani. **A educação física na adoção de um estilo de vida saudável**. 2007. Disponível em: <[http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes\\_pde/artigo\\_roseli\\_maria\\_ardenghe.pdf](http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/artigo_roseli_maria_ardenghe.pdf)>. Acesso em: 28 mar. 2019.
- ARRUDA, Sérgio. Apresentação e balanço da gestão integrada da segurança desde a experiência do gabinete de gestão integrada municipal e da unidade gestora de programas de prevenção à violência de Novo Hamburgo/RS. In: KERBER, Aline; PAZINATO, Eduardo (Org.). **Segurança cidadã, gestão da informação e cidades: o case do Observatório da Segurança Cidadã de Novo Hamburgo e outras reflexões teórico-práticas**. Curitiba: Multideia, 2016. p.69-78.
- AZZINI, Eduardp de Paula. **Espaços e equipamentos públicos de lazer esportivo: acessibilidade da pessoa com deficiência – o caso de Piracicaba**. 2013. 105 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação Física, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2013. Disponível em: <[https://www.unimep.br/phpg/bibdig/pdfs/docs/25082014\\_142723\\_eduardo\\_azzini.pdf](https://www.unimep.br/phpg/bibdig/pdfs/docs/25082014_142723_eduardo_azzini.pdf)>. Acesso em: 25 mar. 2019.
- BARROS, Alessandra. Diagnóstico detecta principais causas da violência em Novo Hamburgo. **Revista do Instituto Humanista Unisinos - IHU**, Online, n. 252, mar. 2008. Disponível em: <[http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1661&secao=252](http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1661&secao=252)>. Acesso em: 25 mar. 2019.
- BONALUME, Cláudia Regina. **O esporte e o lazer na formulação de uma política pública intersetorial para a juventude: a experiência do PRONASCI**. 2010. 215 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação Física, Universidade de Brasília, Brasília, 2010. Disponível em: <[http://bdt.d.ibict.br/vufind/Record/UNB\\_de7c3fd041157ee3cface23d3a7f063](http://bdt.d.ibict.br/vufind/Record/UNB_de7c3fd041157ee3cface23d3a7f063)>. Acesso em: 15 mar. 2019.
- BRASIL. **Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007**. Institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2007. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Lei/L11530.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11530.htm)>. Acesso em: 15 fev. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Por uma Cultura da Paz, a Promoção da Saúde e a Prevenção a Violência**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2009b. Disponível em: <<http://pesquisa.bvsalud.org/bvsmms/resource/pt/oai-bvs-ms-ms-21626>>. Acessado em: 17 mar. 19.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Manual sobre Convênios, Contratos de Repasse e Instrumentos Congêneres**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014. Disponível em: <[http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user\\_img\\_21/Manual\\_sobre\\_conv%C3%AAnios\\_contratos\\_de\\_repasse\\_e\\_instrumentos\\_cong%C3%AAneros\\_versao\\_2014.pdf](http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_21/Manual_sobre_conv%C3%AAnios_contratos_de_repasse_e_instrumentos_cong%C3%AAneros_versao_2014.pdf)>. Acessado em: 25 mar. 2019.

BRASIL. Ministério do Esporte. **Institucional**. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/>>. Acessado em: 06 jan. 2019.

BRASIL. Ministério do Esporte. **Política Nacional do Esporte**. Brasília, DF: Ministério do esporte, 2005. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/index.php/meioacademico/83-ministerio-do-esporte/institucional/o-ministerio/sala-de-imprensa2/21849-politica-nacional-do-esporte>> Acesso em: 25 mar. 19.

BRASIL. Ministério do Esporte. Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e Lazer. **Política Intersetorial: Pelc e Pronasci**. Brasília, DF: Ministério do Esporte, 2010d. v. 1. Disponível em: <<http://esporte.gov.br/arquivos/publicacoes/politicaIntersetorialPELCv1.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

BRASIL. Ministério do Esporte. Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e Lazer. **Projeto Praça da Juventude**. Brasília, DF: Ministério do Esporte, 2010c. Disponível em: <[https://pracadajuventude.files.wordpress.com/2010/07/me\\_pj\\_2010-03\\_rj\\_c.pdf](https://pracadajuventude.files.wordpress.com/2010/07/me_pj_2010-03_rj_c.pdf)>. Acesso em: 25 mar. 2019.

BRASIL. Ministério do Esporte. Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer. **Praça da Juventude: capacitação (abertura)**. Brasília, DF: Ministério do Esporte, 2010b. Disponível em: <<https://pracadajuventude.files.wordpress.com/2010/04/capacitacao-abertura.pdf>>. Acessado em: 18 mar. 2019.

BRASIL. Ministério do Esporte. Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer. **Manual de Implantação das Praças da Juventude**. Brasília, DF: Ministério do Esporte, 2010a. v. 5. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/arquivos/publicacoes/manuallImplantacaoPraca.pdf>>. Acessado em: 06 jan. 2019.

BRASIL. Ministério do Esporte. Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer. **III Conferência Nacional do Esporte: Por um time chamado Brasil**. Brasília, DF: Ministério do Esporte, 2009a.

CARVALHO, Maria de Lourdes de; BARBOSA, Telma Regina Guimarães; SOARES, Jeferson Boechat. Implementação de política pública: uma abordagem teórica e crítica. In: Coloquio Internacional sobre Gestión Universitaria en América del Sur, 10, 2010, Mar del Plata. **Balance y perspectiva de la Educación Superior en el marco los Bicentenarios de América del SUR**. Argentina, AR, 2010. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/30378023.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2019.

CASTRO, Mauro Henrique Gouveia de; ANDRADE, Beatriz Rodrigues Campos de. A importância da implementação de um órgão de projetos e convênios para a captação de recursos para os municípios brasileiros: o caso da prefeitura municipal de Viçosa. In: **Congresso Internacional Governo, Gestão e Profissionalização em Âmbito Local Frente aos Grandes Desafios de Nosso Tempo**, 4., 2013, Belo Horizonte. Anais... . Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, 2014. p. 1 - 20. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/eventos-1/4o-congresso-internacional/eixo-2/408-2-2-format-a-importancia-da-implementacao-de-um-orgao-de-projetos-e-convenios/file>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

CAUDURO, Maria Teresa (Org.). **Investigação em educação física e esportes: um novo olhar pela pesquisa qualitativa**. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2004.

CERVO, Amado L., BERVIAN, Pedro A. **Metodologia Científica**. 5.ed. São Paulo: Makron Books, 2002.

COSTA NETO, Pedro Luiz de Oliveira. **Estatística**. São Paulo: Edgard Blucher, 2002.

CRUMPTON, C. D. *et al.* Avaliação de políticas públicas no Brasil e nos Estados Unidos: análise da pesquisa nos últimos 10 anos. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 6, p. 981 – 1001, dez. 2016. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/64711>>. Acesso em: 09 jan. 2019.

ESTEVÃO, Renildo Barbosa; FERREIRA, Maria D'alva Macedo. Análise de Políticas Públicas: uma breve revisão de aspectos metodológicos para formulação de políticas. **Holos**, [s.l.], v. 3, p.168-185, 23 set. 2018. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/6818>>. Acesso em: 14 fev. 2019.

FERREIRA, Luciene Braz; TORRECILHA, Nara; MACHADO, Samara Haddad Simões. A técnica de observação em estudos de administração. In: **ENCONTRO DA ANPAD**, 36, 2012, Rio de Janeiro, RJ. Anais... Rio de Janeiro: EnANPAD, 2012. p. 01-15. Disponível em: <[http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2012\\_EPQ482.pdf](http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2012_EPQ482.pdf)>. Acesso em: 27 fev. 2019.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 21, p. 211-259, jun. 2000. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/89>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

GARCIA, Ana Tété. A implementação de políticas públicas de ambiente: o caso da qualidade da água para consumo humano. Anal. **Social**, Lisboa, n. 211, p.310-343, jun. 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0003-25732014000200004&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0003-25732014000200004&lng=es&nrm=iso)>. Acesso em: 27 fev. 2019.

GARCIA, Ronaldo Coutinho. Subsídios para organizar avaliações da ação governamental. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 23, p. 7-70, jan./jun. 2001. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/72>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

GUARESCHI, Neuza et al. Problematizando as práticas psicológicas no modo de entender a violência. In: STREY, Marlene N.; AZAMBUJA, Mariana P. Ruwer; JAEGER, Fernanda Pires (Org.). **Violência, gênero e políticas públicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p. 177-193.

GUSSI, Alcides Fernando. A dimensão cultural na avaliação de políticas públicas. In: **Congresso Latino-Americano de Ciência Política**, 9, 2017, Montevidéo, UY. Anais... Montevidéo: Alacip, 2017. 10 p. Disponível em: <<http://www.congresoalacip2017.org/arquivo/downloadpublic2?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyl7czozNToiYToxOntzOjEwOiJJRF9BUiFVSzZPIjtzOjQ6IjZMDgiO30iO3M6MT0iaCI7czozMjoiNGJmYjQ4YzQ2MDU2YThmOTExMTE1ZWQ0OGE0MTZmYTciO30%3D>>. Acesso em: 28 fev. 2019.

GUSSI, Alcides Fernando. Apontamentos teórico-metodológicos para a avaliação de programas de microcrédito. **Revista Avaliação de Políticas Públicas (AVAL)**, Fortaleza, ano 1, v. 1, n. 1, p. 29-37, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/22513>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

HOWLETT, Michael; RAMESH, M.; PERL, Anthony. **Política Pública: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Novo Hamburgo, RS: panorama: população**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/novo-hamburgo/panorama>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

JANUZZI, Paulo de Martino. Avaliação de programas sociais no Brasil: repensando práticas e metodologias das pesquisas avaliativas. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, v. 36, n. 1, p.251-275, jul. 2011. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/228>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MEDEIROS, Anny Karine de; FARAH, Marta Ferreira Santos. Implementação e reformulação de políticas públicas: o caso do programa Cultura Viva. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 65, n. 1, p.7-24, mar. 2014. Disponível em: <[https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/farah\\_-\\_implementacao\\_e\\_reformulacao\\_de\\_politicas\\_publicas\\_-\\_o\\_caso\\_do\\_programa\\_cultura\\_viva.pdf](https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/farah_-_implementacao_e_reformulacao_de_politicas_publicas_-_o_caso_do_programa_cultura_viva.pdf)>. Acesso em: 25 mar. 2019

MOLINA NETO, Vicente. **A pesquisa qualitativa da educação física**. Porto Alegre: Sulina, 1999.

NEGRINE, Airton. Instrumentos de coleta de informações na pesquisa qualitativa. In: MOLINA NETO, Vicente; TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva (Org.). **A Pesquisa Qualitativa na Educação Física**. Porto Alegre: Sulina, 1999.

NOVO HAMBURGO. **Lei nº 1851, de 20 de junho de 2008**. Constitui o Gabinete de Gestão Integrada Municipal - GGI-M, e dá outras providências. Novo Hamburgo, 2008. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/rs/n/novo-hamburgo/lei-ordinaria/2008/186/1851/lei-ordinaria-n-1851-2008-constitui-o-gabinete-de-gestao-integrada-municipal-ggi-m-e-da-outras-providencias?q=1851>>. Acesso em: 15 fev. 2019.

NOVO HAMBURGO. **Lei nº 2400, de 30 de dezembro de 2011**. Altera a estrutura administrativa organizacional da prefeitura municipal de Novo Hamburgo, instituída pela Lei Municipal nº 180/1991, e dá outras providências. Novo Hamburgo, 2011. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/rs/n/novo-hamburgo/lei-ordinaria/2011/240/2400/lei-ordinaria-n-2400-2011-altera-a-estrutura-administrativa-organizacional-da-prefeitura-municipal-de-novo-hamburgo-instituida-pela-lei-municipal-n-180-1991-e-da-outras-providencias?q=2400>>. Acesso em: 15 fev. 2019.

NOVO HAMBURGO. **Lei nº 2985, de 06 de janeiro de 2017**. Consolida a legislação municipal que dispõe sobre a estrutura administrativa organizacional da Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo. Novo Hamburgo, 2017. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/rs/n/novo-hamburgo/lei-ordinaria/2017/298/2985/lei-ordinaria-n-2985-2017-consolida-a-legislacao-municipal-que-dispoe-sobre-a-estrutura-administrativa-organizacional-da-prefeitura-municipal-de-novo-hamburgo>>. Acesso em: 15 fev. 2019.

NOVO HAMBURGO. Prefeitura Municipal. **Novo Hamburgo inaugura sua Praça da Juventude**. Novo Hamburgo: Prefeitura Municipal, 07 jan. 2014. Disponível em: <<https://novohamburgo.rs.gov.br/noticia/novo-hamburgo-inaugura-praca-juventude>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

ODSC. Observatório da Segurança Cidadã de Novo Hamburgo. **Cartilha Temática do Observatório da Segurança Cidadã de Novo Hamburgo/RS: Resultados e desafios da gestão integrada da informação da segurança**. Novo Hamburgo, 2016.

Disponível em: <[https://issuu.com/fadisma/docs/flip\\_cartilh\\_web\\_2](https://issuu.com/fadisma/docs/flip_cartilh_web_2)>. Acesso em: 15 mar. 2019.

PASSOS, Iara Cunha. Violência e políticas públicas: uma análise do PRONASCI no Rio Grande do Sul (2007-2014). In: **Seminário Internacional de Ciência Política**, 1., 2015, Porto Alegre. Porto Alegre: UFRGS, 2015. 11 p. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/1.-PASSOS-Iara-Cunha-Viol%C3%Aancia-e-pol%C3%ADticas-p%C3%ABlicas-uma-an%C3%A1lise-do-PRONASCI-no-Rio-Grande-do-Sul-2007-2014.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2019.

PAZINATO, Eduardo. Bases teóricas e conceituais da gestão da informação e do conhecimento a partir do case do Observatório da Segurança Cidadã de Novo Hamburgo. In: KERBER, Aline; PAZINATO, Eduardo (Org.). **Segurança cidadã, gestão da informação e cidades**: o case do Observatório da Segurança Cidadã de Novo Hamburgo e outras reflexões teórico-práticas. Curitiba: Multideia, 2016. p.79-110.

PROCÓPIO, Diego Pierotti; TOYOSHIMA, Silvia Harumi. FATORES ASSOCIADOS À CRIMINALIDADE VIOLENTA NO BRASIL. **Análise Econômica**, [s.l.], v. 35, n.especial, p.263-288, 5 ago. 2017. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. <http://dx.doi.org/10.22456/2176-5456.51903>. Disponível em: <<https://doi.org/10.22456/2176-5456.51903>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2.ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RANGEL, Maria Luiza Nogueira. Democratização do acesso a equipamentos públicos de esporte e lazer. **Revista Juventude.br**, São Paulo, v. 1, n. 1, p.4-8, jan. 2011. Disponível em: <[https://pracadajuventude.files.wordpress.com/2011/03/revista\\_juventudebr\\_dez\\_2010.pdf](https://pracadajuventude.files.wordpress.com/2011/03/revista_juventudebr_dez_2010.pdf)>. Acesso em: 25 mar. 2019.

RODRIGUES, Marta Maria Assumpção. **Políticas Públicas** - coleção Folha Explica. São Paulo: PubliFolha, 2010.

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina UFSC, 2009.

SANTIAGO, Danilo Roberto Pereira. Impacto dos projetos, sob o olhar dos pesquisadores. In: SCHWARTZ, Gisele Maria et al. (Org.). **Gestão da Informação**: sobre esporte recreativo e lazer. São Paulo: Fontoura, 2010. p. 94 – 101.

SCHÜTZ, Liene M. Martins. **Os Bairros de Novo Hamburgo**. Novo Hamburgo: L.M.M. Schütz, 2001.

SECCHI, L. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SERAPIONI, Mauro. Conceitos e métodos para a avaliação de programas sociais e políticas públicas. **Sociologia**, Porto Alegre, v. 31, p. 59-80, jun. 2016. Disponível em <[http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0872-34192016000100004&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0872-34192016000100004&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 01 mar. 2019.

SILVA, Allan Gustavo Freire da et al. A relação entre Estado e políticas públicas: uma análise teórica sobre o caso brasileiro. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p.25-42, abr. 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.22456/1982-5269.72132>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

SILVA, Dirceu Santos. **Intersectorialidade, descentralização e empreendedorismo na gestão pública de esporte e lazer no estado do Espírito Santo**. 2011. 196 f. Monografia (Especialização) - Curso de Educação Física, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011. Disponível em: <[http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese\\_5348\\_DIRCEU\\_SANTOS\\_SILVA\\_DISSERTA%C7%C3%20UFES.pdf](http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_5348_DIRCEU_SANTOS_SILVA_DISSERTA%C7%C3%20UFES.pdf)>. Acesso em: 25 mar. 2019.

SILVA, Dirceu Santos; BORGES, Carlos Nazareno Ferreira; AMARAL, Silvia Cristina Franco. Gestão das políticas públicas do Ministério do Esporte do Brasil. **Rev. bras. educ. fís. esporte**, São Paulo, v.29, n.1, p.65-79, mar. 2015. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1807-55092015000100065&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1807-55092015000100065&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 25 mar. 2019.

SILVA, Edneilton Gomes da. **Desempenho Institucional: a política de qualificação dos docentes da UESB**. 2009. 134f. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública, Conhecimento e Desenvolvimento Regional, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2009. Disponível em: <[http://www.uneb.br/pgdr/files/2010/03/dissertacao\\_edneilton\\_gomes\\_da\\_silva.pdf](http://www.uneb.br/pgdr/files/2010/03/dissertacao_edneilton_gomes_da_silva.pdf)>. Acesso em: 14 fev. 2019.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 23ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

SILVA, Pedro Luiz Barros; MELO, Marcus André Barreto de Melo. O processo de implementação de políticas públicas no Brasil: características e determinantes da avaliação de programas e projetos. **Caderno NEPP/UNICAMP**, Campinas, n. 48, p. 1-16. 2000. Disponível em: <[http://governancaegestao.files.wordpress.com/2008/05/teresa-aula\\_22.pdf](http://governancaegestao.files.wordpress.com/2008/05/teresa-aula_22.pdf)>. Acesso em: 14 fev. 2019.

SOARES, L. E. Gabinete de Gestão Integrada de Segurança Pública: gênese; implantação; desdobramentos. *In*: **Gabinetes de Gestão Integrada de Segurança Pública: coletânea 2003-2009**. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2009.

SOARES, Maria Rita Ferreira. **Políticas Pública em habitação como ferramenta para construção da cidade e da cidadania: o caso do município de Novo Hmaburgo/RS**. 2012. 64 f. Monografia (Especialização) - Curso de Gestão Pública Municipal, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

Disponível em:

<<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/61956/000867923.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 15 mar. 2019.

SOTTANI, Natália Bazoti Brito et al. Ciclo de políticas públicas como método de análise de políticas educacionais: uma pesquisa bibliométrica acerca do tema. In: **Anais do X CASI - X Congresso de Administração, Sociedade e Inovação**.

Anais...Petrópolis(RJ) FMP-FASE, 2018. Disponível em:

<<https://www.event3.com.br/anais/xcasi/61560-ciclo-de-politicas-publicas-como-metodo-de-analise-de-politicas-educacionais--uma-pesquisa-bibliometrica-acerca-do/>>. Acesso em: 25 mar. 2015.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 16, n. 8, p.20-45, dez. 2006. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

SPOLIER, Paulo Daniel. História. *In*: **Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo**. Novo Hamburgo, [2019?]. Disponível em:

<<https://www.novohamburgo.rs.gov.br/historia>>. Acesso em: 15 mar. 2019.

STAKE, Robert. **Investigación com estudio de casos**. Madrid: Ediciones Morate, 2010.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TUDE, João Martins; FERRO, Danile dos Santos; SANTANA, Fábio Pablo. **Políticas Públicas**. Curitiba: IESDE, 2010. Livro eletrônico.

VARGAS, Alison Trindade de; GUTIERREZ, Cláudio Augusto Silva; CHAVES, Fernando Edi. Apropriação do espaço public pela comunidade frente às políticas de lazer: o caso da Praça da Juventude de Novo Hamburgo, Brasil. In: LUCI, A. R.; ORTIZ, M. G. **Experience de ocio y la puesta em valor del patrimonio como fundamentos del turismo moderno**. Chile: Otium, 2017. p. 89 – 107.

**APÊNDICE A <ROTEIRO DE ENTREVISTA COM SERVIDORES>**

## Entrevista

Município Novo Hamburgo – Praça da Juventude

Nome do(s) entrevistado (s):

Cargo/função/setor:

Data:

Entrevistador: Alison Trindade de Vargas

**Praça da Juventude**

1. Quanto tempo trabalha na Praça?
2. Além de trabalhar na Praça, também é morador da região?
3. Quais são os projetos e atividades que são desenvolvidos atualmente?
4. Qual o quadro funcional para manutenção e funcionamento da praça?
5. Qual instituição/órgão público que mantêm o funcionamento da Praça?

Federal, Estadual ou Municipal?

6. Conhece o contexto em que surgiu a Praça? Quais foram as implicações que favoreceram a sua implantação? Quais os desafios para a implementação da praça? Aqui relatando a história da Praça de como surgiu.

7. Fatores que contribuíram?

8. Observa uma adesão por parte da comunidade no projetos desenvolvidos na praça? As pessoas valorizam este espaço que a Praça oferece? Como é isso ocorre?

9. E o que seria um fator importante para as pessoas estarem procurando à Praça para fazer uma atividade física ou um esporte e a participar da gestão?

**APÊNDICE b <ROTEIRO DE ENTREVISTA COM USUÁRIOS>**

## Entrevista

Município Novo Hamburgo – Praça da Juventude

Nome do(s) entrevistado (s) e idade:

Data:

Entrevistador: Alison Trindade de Vargas

## Praça da Juventude

1. Você é morador(a) da região?
2. A quanto tempo vem na Praça? Conhece a origem da praça da juventude?  
Como era antes?
3. Participa de alguma atividade oferecida pela Praça da Juventude? Quais?
4. Com que frequência vem à Praça?
5. O que ti motiva a vir e utilizar da Praça? Por quê?
6. Qual a importância da Praça para você? Por quê?
7. Na sua opinião a Praça consegue atender todos os públicos, crianças, adolescentes, adultos e idosos?
8. Observa pessoas com necessidades especiais utilizando das atividades oferecidas pela Praça?
9. E quanto a gestão da Praça, você participa com sugestões, na elaboração de novas atividades, com ideias de melhorias ou reclamações?

## ANEXO A &lt; RELAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS DE OBRA &gt;

	<b>MINISTERIO DO ESPORTE</b> SICONV - SISTEMA DE GESTÃO DE CONVÊNIOS. PORTAL DOS CONVÊNIOS

## RELAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS DE OBRA

RELATÓRIO Nº 00001 / 2015		Período: 30/12/2009 a 30/12/2014
Órgão concedente: MINISTERIO DO ESPORTE		UG:
Convenente/contratado: MUNICIPIO DE NOVO HAMBURGO		CNPJ: 88254875000160      UF: RS
Modalidade: Contrato de Repasse	Número: 718117/2009	Vigência: 30/12/2009 a 30/12/2014
Valor Total do convênio/contrato de repasse: R\$ 2.030.162,98	Valor do Repasse: R\$ 1.657.500,00	Valor da Contrapartida: R\$ 372.662,98
Valor da Contrapartida em bens e serviços: R\$ 0,00		
Objeto do convênio/contrato de repasse: Construção da Praça da Juventude com campo de futebol Society, quadra de vôlei de Praia, quadra poliesportiva		

Data	Documento			Descrição	Natur eza Desp esa	Quantida de total prevista	Quantida de realizada	Valor unitário previsto	Valor unitário realizado	Valor total realizado
	Tipo	Númer o. / Série	Favoreci do CPF / CNPJ							
08/07/11	NOTA FISCA L	075/T	CNPJ 10470963 000102	Contratação de empresa comContratação	44905 199	1.0	1.0	R\$ 2.030.162,9 8	R\$ 789,02	R\$ 789,02
08/07/11	NOTA FISCA L	074/T	CNPJ 10470963 000102	Contratação de empresa comContratação	44905 199	1.0	1.0	R\$ 2.030.162,9 8	R\$ 14.996,98	R\$ 14.996,98
07/10/11	NOTA FISCA L	102/T	CNPJ 10470963 000102	Contratação de empresa comContratação	44905 199	1.0	1.0	R\$ 2.030.162,9 8	R\$ 20.759,58	R\$ 20.759,58
07/10/11	NOTA FISCA L	101/T	CNPJ 10470963 000102	Contratação de empresa comContratação	44905 199	1.0	1.0	R\$ 2.030.162,9 8	R\$ 881,22	R\$ 881,22
07/10/11	NOTA FISCA L	100/T	CNPJ 10470963 000102	Contratação de empresa comContratação	44905 199	1.0	1.0	R\$ 2.030.162,9 8	R\$ 210,98	R\$ 210,98
07/12/11	NOTA FISCA L	130/T	CNPJ 10470963 000102	Contratação de empresa comContratação	44905 199	1.0	1.0	R\$ 2.030.162,9 8	R\$ 35.767,66	R\$ 35.767,66
21/03/12	NOTA FISCA L	161/T	CNPJ 10470963 000102	Contratação de empresa comContratação	44905 199	1.0	1.0	R\$ 2.030.162,9 8	R\$ 132.807,17	R\$ 132.807,17
09/08/12	NOTA FISCA L	209/T	CNPJ 10470963 000102	Contratação de empresa comContratação	44905 199	1.0	1.0	R\$ 2.030.162,9 8	R\$ 20.587,62	R\$ 20.587,62
10/08/12	NOTA FISCA L	214/T	CNPJ 10470963 000102	Contratação de empresa comContratação	44905 199	1.0	1.0	R\$ 2.030.162,9 8	R\$ 228.954,77	R\$ 228.954,77

Documento				Descrição	Natur eza Desp esa	Quantida de total prevista	Quantida de realizada	Valor unitário previsto	Valor unitário realizado	Valor total realizado
Data	Tipo	Númer o. / Série	Favoreci do CPF / CNPJ							
05/08/14	NOTA FISCA L	019/NF S-e	CNPJ 10470963 000102	Contratação de empresa comContratação	44905 199	1.0	1.0	R\$ 2.030.162,9 8	R\$ 4.623,51	R\$ 4.623,51

Relatório elaborado por:

Relatório aprovado por:

Fiscal ou Gestor Financeiro do Convenente:		Gestor do Convênio/Contrato de repasse - Convenente:	
Nome:	CPF:	Nome:	CPF:
GUSTAVO STUEPP DE SOUZA	***.234.480-**	GUSTAVO STUEPP DE SOUZA	***.234.480-**
Data:		Data:	
Jan 22, 2015		Jan 22, 2015	

Documento				Descrição	Natur eza Desp esa	Quantida de total prevista	Quantida de realizada	Valor unitário previsto	Valor unitário realizado	Valor total realizado
Data	Tipo	Númer o. / Série	Favoreci do CPF / CNPJ							
01/11/12	NOTA FISCA L	230/T	CNPJ 10470963 000102	Contratação de empresa comContratação	44905 199	1.0	1.0	R\$ 2.030.162,9 8	R\$ 33.118,49	R\$ 33.118,49
01/11/12	NOTA FISCA L	229/T	CNPJ 10470963 000102	Contratação de empresa comContratação	44905 199	1.0	1.0	R\$ 2.030.162,9 8	R\$ 12.488,88	R\$ 12.488,88
01/11/12	NOTA FISCA L	228/T	CNPJ 10470963 000102	Contratação de empresa comContratação	44905 199	1.0	1.0	R\$ 2.030.162,9 8	R\$ 555.459,91	R\$ 555.459,91
22/11/12	NOTA FISCA L	243/T	CNPJ 10470963 000102	Contratação de empresa comContratação	44905 199	1.0	1.0	R\$ 2.030.162,9 8	R\$ 5.121,40	R\$ 5.121,40
22/11/12	NOTA FISCA L	242/T	CNPJ 10470963 000102	Contratação de empresa comContratação	44905 199	1.0	1.0	R\$ 2.030.162,9 8	R\$ 97.343,43	R\$ 97.343,43
29/11/12	NOTA FISCA L	254/T	CNPJ 10470963 000102	Contratação de empresa comContratação	44905 199	1.0	1.0	R\$ 2.030.162,9 8	R\$ 210,66	R\$ 210,66
29/11/12	NOTA FISCA L	253/T	CNPJ 10470963 000102	Contratação de empresa comContratação	44905 199	1.0	1.0	R\$ 2.030.162,9 8	R\$ 4.002,49	R\$ 4.002,49
28/03/13	NOTA FISCA L	275/T	CNPJ 10470963 000102	Contratação de empresa comContratação	44905 199	1.0	1.0	R\$ 2.030.162,9 8	R\$ 40.294,17	R\$ 40.294,17
28/03/13	NOTA FISCA L	274/T	CNPJ 10470963 000102	Contratação de empresa comContratação	44905 199	1.0	1.0	R\$ 2.030.162,9 8	R\$ 347.327,74	R\$ 347.327,74
28/03/13	NOTA FISCA L	273/T	CNPJ 10470963 000102	Contratação de empresa comContratação	44905 199	1.0	1.0	R\$ 2.030.162,9 8	R\$ 11.147,02	R\$ 11.147,02
28/05/13	NOTA FISCA L	284/T	CNPJ 10470963 000102	Contratação de empresa comContratação	44905 199	1.0	1.0	R\$ 2.030.162,9 8	R\$ 20.501,96	R\$ 20.501,96
28/05/13	NOTA FISCA L	283/T	CNPJ 10470963 000102	Contratação de empresa comContratação	44905 199	1.0	1.0	R\$ 2.030.162,9 8	R\$ 138.427,93	R\$ 138.427,93
02/07/13	NOTA FISCA L	297/T	CNPJ 10470963 000102	Contratação de empresa comContratação	44905 199	1.0	1.0	R\$ 2.030.162,9 8	R\$ 9.738,55	R\$ 9.738,55
02/07/13	NOTA FISCA L	295/T	CNPJ 10470963 000102	Contratação de empresa comContratação	44905 199	1.0	1.0	R\$ 2.030.162,9 8	R\$ 5.078,78	R\$ 5.078,78
02/07/13	NOTA FISCA L	294/T	CNPJ 10470963 000102	Contratação de empresa comContratação	44905 199	1.0	1.0	R\$ 2.030.162,9 8	R\$ 100.045,73	R\$ 100.045,73
29/11/13	NOTA FISCA L	08/NFS -e	CNPJ 10470963 000102	Contratação de empresa comContratação	44905 199	1.0	1.0	R\$ 2.030.162,9 8	R\$ 12.750,76	R\$ 12.750,76
05/08/14	NOTA FISCA L	021/NF S-e	CNPJ 10470963 000102	Contratação de empresa comContratação	44905 199	1.0	1.0	R\$ 2.030.162,9 8	R\$ 49.444,40	R\$ 49.444,40
05/08/14	NOTA FISCA L	020/NF S-e	CNPJ 10470963 000102	Contratação de empresa comContratação	44905 199	1.0	1.0	R\$ 2.030.162,9 8	R\$ 127.282,17	R\$ 127.282,17